

revista Conselhos

PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO



ELE QUER O FIM DÔ DINHEIRO

Rubén Osta, presidente da Visa do Brasil, analisa mudanças no mercado de cartões no País

R\$ 18,90



análises:

*Zhang Jianhua, presidente do Banco da China no Brasil
Ives Gandra Martins, Henrique Meirelles, Gesner de Oliveira*

Sumário

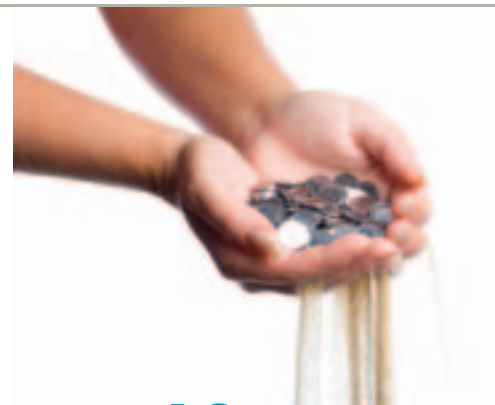


28 Pensata

Ricardo Bergamini dissecou o complexo universo das contas da Previdência

30 Mobilização e debate

O fenômeno da nova classe média brasileira é examinado em suas mais diversas frentes por: Paulo Rabello de Castro, Amaury de Souza e Luciana Trindade Aguiar



40 Democracia

A dificuldade em se aprovar a reforma fiscal inquieta especialistas como Amir Khair, Ricardo Ismael e Roberto Romano

50 Artigo

Paulo Rabello de Castro comenta a sustentação do crescimento brasileiro



52 Global

Brasil e EUA andam às turras e as eleições nos dois países podem piorar o que não vai bem

62 Entrevista

Presidente do Banco da China no Brasil, Zhang Jianhua, explica operação local do gigante chinês

70 Artigo

Ives Gandra Martins fala do imposto sobre grandes fortunas



72 Social

Brasil vive debandada de investimentos sociais de organismos estrangeiros. Quem assumirá essa conta?



82 Sustentabilidade

Vazamento de petróleo no Golfo do México, maior desastre ecológico dos EUA, pode ensinar importantes lições ao Brasil que se prepara para o início de exploração do pré-sal

08 Rubén Osta

Presidente da Visa analisa mudanças no setor e projeta a convergência tecnológica como o futuro dos cartões



18 Realidade

Especialistas avaliam os movimentos de fusão e aquisição no setor privado do País





92 Polis

A Copa do Mundo é nossa! E...? Organizador do próximo campeonato mundial de futebol, o País ainda tem muito a evoluir na tática do planejamento



PRESIDENTE Abram Szajman
DIRETOR EXECUTIVO Antonio Carlos Borges
MARKETING Luciana Fischer e Adriano Sá

revista Conselhos

PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GERENCIAMENTO

FISCHER/SÁ
marketing engineering

Rua Itapeva, 26 - 11º Andar - 01332-000
 Bela Vista - São Paulo - Tel.: (11) 2769.4908
 atendimento@fischersagroup.com.br

CONSELHO EDITORIAL

Ives Gandra Martins, José Goldemberg, Paulo Rabello de Castro, Josef Barat, Claudio Lembo, Mário Marconini, Renato Opice Blum, Antonio Carlos Borges, Luiz Antonio Flora, Romeu Bueno de Camargo, Fabio Pina, Guilherme Dietze, Luciana Fischer e Adriano Sá

EDITOR CHEFE Marcus Barros Pinto

EDITOR EXECUTIVO Jander Ramon

PROJETO GRÁFICO



atendimento@designtutu.com.br

PUBLICIDADE

Editora Casa Nova
 Tel.: (11) 5095-0096
 comercial@editoracasanova.com.br

COLABORAM NESTA EDIÇÃO

Aureliano Biancarelli, Enzo Bertolini, Eugênio Melloni, Herbert Carvalho, Ives Gandra Martins, Paulo Fortuna, Paulo Rabello de Castro, Ricardo Bergamini, Roberto Rockmann, Rosângela Capozoli e Vladimir Goitia

ARTE: Clara Voegeli, Danielle Cunha e Demian Russo

FOTOS: Adri Felden/Argosfoto (Capa), Antoninho Perri/Unicamp, Cesar Ogata, Chris Graythen ImageForum (AFP), Jornal da PUC, Rodolpho Machado/Opção Brasil Imagens, Sean Gardner/ImageForum (AFP)

FALE COM A GENTE

conselhos@fecomercio.com.br

METAMORFOSE EM CURSO

Muito se fala sobre a transformação recente do ambiente planetário de negócios e de como essa nova dinâmica – marcada pela agilidade quase impossível de ser acompanhada e por uma fragmentação dos fatos que dificulta a composição de uma visão completa dos acontecimentos – compromete e obstaculiza a tomada de decisões. Desenhar cenários se tornou arte de difícil traço.

Por esta razão, a necessidade de capturar a complexidade do mundo dos negócios de hoje em algumas imagens, que nos ajudem a compreender melhor as vertiginosas mudanças que ocorrem tanto no mundo como em nosso País, está no centro das preocupações da Fecomercio e se refletem nas páginas desta edição de **Conselhos**. Nosso objetivo permanente é o de proporcionar àqueles que, por dever de ofício, precisam enfrentar as marolas ou tsunamis da economia globalizada, uma bússola que ajude a conduzir seus barcos a um porto seguro no oceano dos negócios. Como seria utópica a pretensão de abarcar todos os assuntos que tomam nossa atenção diária, elegemos aqueles que talvez sejam os mais relevantes para determinar rumos e tendências.

Os exemplos estão nas páginas que seguem: a mudança de paradigmas provocada pela ascensão de uma nova classe média brasileira, ainda em fase de consolidação, mas que dá sinais robustos de se manter e evoluir nos próximos anos; o manifesto desinteresse de organismos internacionais em manter financiamentos a projetos sociais no Brasil

por entenderem que o País deve ser capaz de superar suas mazelas com recursos próprios; o rearranjo que diversas cadeias comerciais passam a partir de fusões e aquisições.

Outro sinal firme das mudanças em curso se manifesta nas duas entrevistas principais. Com Rubén Osta, presidente da Visa do Brasil, visualizamos uma nova etapa de concorrência no mercado de cartões de crédito do País, um setor a migrar velozmente à convergência de tecnologias. De Zhang Jianhua, presidente do Banco da China no Brasil, inferimos o crescente interesse mundial pelas oportunidades que despontam no território brasileiro, capitaneadas, entre outros fatores, pela realização das Olimpíadas de 2016 e da Copa de 2014 – outro tema merecedor de reportagem nesta edição.

Olhando para esse mosaico de informações é possível entender que, mesmo sendo a imagem geral ainda difusa, ela já revela movimentos importantes de amadurecimento da economia brasileira. E essa metamorfose, nada fácil de ser compreendida, precede o nascimento de um mercado maduro.



Abram Szajman
 Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio), e dos Conselhos Regionais do Sesc, do Senac e do Sebrae-SP

‘Convergência é o futuro do cartão de crédito’

O presidente da Visa do Brasil fala sobre as mudanças no setor e mira ação para estimular substituição aos cheques e às cédulas
Por: Marcus Barros Pinto e Jander Ramon

S em exagero, Rubén Osta é uma espécie de “oráculo” do setor de cartões de crédito no Brasil. Nascido na Argentina e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro, possui A.M.P. pela Insead University de Fontainebleau, na França. Sua trajetória profissional está diretamente calcada no setor de serviços financeiros, no qual atua há mais de 16 anos e, em especial, no segmento de cartões.

Antes de assumir a diretoria-geral da Visa do Brasil, em outubro de 2007, e hoje ser o executivo a liderar as operações locais e pelo desenvolvimento de negócios no País, foi presidente e CEO da Redecard S/A, responsável pela criação da *joint-venture* entre os bancos Citibank, Itaú e Unibanco, e ocupou os mesmos cargos na VisaNet Brasil, idealizando e

implementando o conceito de unificação da plataforma de aquisição para aceitação de cartões de crédito Visa e de débito Visa Electron. Com essa bagagem no setor, vaticina: “Convergência com outras tecnologias é o futuro do cartão de crédito”.

Ainda sob os impactos do início das novas regras para o setor de cartões no País, o executivo mostra a tranquilidade dos líderes que dominam o mercado onde atuam e, ao mesmo tempo, a inquietude de quem tem muito a conquistar, ao eleger o cheque e o dinheiro como os concorrentes a superar.

De linguagem simples e simpatia de vendedor, Osta atendeu a **Conselhos** na sede da Visa, em São Paulo. Os principais trechos da conversa com duração de quase duas horas estão a seguir.



Conselhos – O DIA 1º DE JULHO, COM O INÍCIO DE NOVAS REGRAS PARA O SETOR DE CARTÕES, MARCOU O INÍCIO DE UMA NOVA FASE NESSE SEGMENTO?

Rubén Osta – Para mim, foi um dia normal. Existe certo desconhecimento de quem faz o que nessa indústria. A Visa não cobra juros, não emite cartão, nem é uma empresa de cartão de crédito, nem administra cartões. A gente se coloca obviamente no meio: de um lado temos os bancos emissores que são os responsáveis por emitirem os cartões e, de outro, os bancos adquirentes, que são os responsáveis por afiliar o comércio. A Visa é uma empresa de tecnologia de meios de pagamento, por incrível que pareça. Obviamente, fornecemos o sistema de processamento, toda a parte de padronização dessas relações, e, o que é mais importante, de segurança desse sistema.

Conselhos – MAS AS MUDANÇAS NÃO ATINGEM EM NADA A VISA? NÃO VAI HAVER MAIOR CONCORRÊNCIA ENTRE AS BANDEIRAS OU, NO SEU CASO, NOS MEIOS DE PAGAMENTO?

Osta – A mudança é muito simples. A gente tinha, no Brasil, sistemas que chamo de monoadquirente, caso da Cielo, ex-Visanet, responsável por afiliar os estabelecimentos para a bandeira Visa, e Redecard, por fazer o mesmo para a Mastercard e outras bandeiras, além de outras empresas que também afiliavam bandeiras exclusivas. Esses adquirentes passaram a ser multibandeiras, mudando de monoadquirente para multiadquirente: a Cielo passa a aceitar Mastercard e outras bandeiras, a Redecard aceita Visa e com isso o mercado cresce.

Conselhos – QUAIS SÃO OS IMPACTOS, EM TERMOS DE COMPETIÇÃO?

Osta – O que vai acontecer é que essa competição vai gerar eficiência e, obviamente, pode vir a ser um dos fatores de redução do preço na ponta. A competição, nesse negócio, não se dá única e exclusivamente por preço, mas também por outras dimensões que são muito mais importantes do que preço. Uma delas, produtos. Quando a gente olha os produtos, por exemplo, da marca Visa, há um posicionamento que queremos estar no dia a dia das pessoas. Se pegarmos 100% dos pagamentos feitos no Brasil hoje, 23% deles são com cartões de crédito e débito. Isso significa que mais ou menos 80% de todos os pagamentos são feitos em dinheiro ou cheque. Qual é o meu principal concorrente? O cheque cada vez menos, mas o dinheiro ainda é muito forte.

Conselhos – E COMO VOCÊS TRABALHAM ESSA ESTRATÉGIA, JÁ QUE ALGUNS COMERCIANTES OFERECEM DESCONTOS PARA PAGAMENTO EM DINHEIRO?

Osta – De várias formas. Primeiro, desenhamos produtos específicos para atender aos públicos. Por exemplo: o agronegócio representa cerca de 34% do PIB no Brasil. Criamos um cartão chamado Visa Agro. Qual é o objetivo desse cartão? É para que aqueles produtores, fazendeiros, agropecuaristas, enfim, o público do mundo rural tenha o cartão para ter acesso a várias linhas direcionadas ao *agrobusiness*. Só que, na hora que ele toma essas linhas, não tem um instrumento rápido, ágil para poder utilizar isso. Esse cartão possibilita isso.



“DOS PAGAMENTOS FEITOS NO BRASIL, 23% SÃO COM CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO. ISSO SIGNIFICA QUE MAIS OU MENOS 80% DE TODOS OS PAGAMENTOS SÃO FEITOS EM DINHEIRO OU CHEQUE. QUAL É O MEU PRINCIPAL CONCORRENTE? O CHEQUE CADA VEZ MENOS, MAS O DINHEIRO AINDA É MUITO FORTE.”

Conselhos – MAIS OU MENOS COMO ACONTECE COM O CARTÃO DO BNDES PARA OS MICROEMPRESÁRIOS.

Osta – Exatamente. O Agro tem várias outras linhas e o BNDES, uma só. Com isso, você pega uma parte grande do PIB, que usava as linhas de crédito, mas não o cartão, e faz com que essa transação seja eletrônica. O produtor pode comprar de trator a sementes, fertilizantes, implementos agrícolas. São transações que podem ser pequenas, na agropecuária da esquina, como grandes. Outro exemplo de produto é o que criamos para caminhoneiros. No Brasil, 85% do transporte é rodoviário, e o que acontece é que estamos nas mãos de grandes transportadoras e de pequenos transportadores, os caminhoneiros. Sabe o que é a carta-frete? É a forma como eles conseguem receber o di-

nheiro deles, transformando o papel em dinheiro, num posto de combustíveis em rodovia, onde vende o papel com deságio de 15%. Lançamos o Visa Cargo, destinado às transportadoras e caminhoneiros. Com esse cartão, além de não ser obrigado a descontar nos postos, é um pré-pago que é dado pela transportadora, no qual o caminhoneiro consegue, ao longo da trajetória, escolher o posto onde ele quiser. E pode pedir um cartão adicional e deixar com a família distante.

Conselhos – ESSE É O LADO DO PORTADOR DO CARTÃO. E O OUTRO, O DE QUEM RECEBE?

Osta – A Visa tem que ser a marca preferida do lojista, para que ele não ofereça desconto para pagamento em dinheiro. Somos contra esse *over price*, porque eles dão um sobrepreço no cartão de crédito. O produto que ele está vendendo para o cliente, independente do meio de pagamento, tem que ter o mesmo preço. Por que determinados lojistas oferecem desconto? Quem nunca viveu a situação de almoçar num restaurante e o garçom dizer que a máquina ‘hoje’ não está funcionando? Num país como o nosso, que tem a carga tributária que tem, por que você acha que de vez em quando a máquina não funciona? Essa é uma coisa que não temos muito como combater. Como é que vamos ser a marca preferida nesse mundo? Primeiro, com os produtos.

Conselhos – OFERTA DE PRODUTOS É, ENTÃO, O MELHOR CAMINHO PARA EXPANDIR A PRESENÇA DO PLÁSTICO NOS MEIOS DE PAGAMENTO?

Osta – Produtos, serviços e preferência de marca. Essa é a estratégia. A nossa pla-

taforma de marketing está calcada em esportes e entretenimento. Desde 2007, a Visa é patrocinadora da Fifa, da Copa do Mundo de 2010, e a de 2014, que vamos viver no Brasil. As Olimpíadas, desde 1986, patrocinamos e vamos até 2020, sendo que a próxima é em Londres (2012) e, depois, no Rio (2016). Nos últimos seis meses, todas as nossas campanhas promocionais estavam voltadas para a Copa, com portadores e lojistas.

Conselhos – MAS OS JUROS ELEVADOS, COBRADOS PELOS EMISSORES, SATANIZAM UM POUCO O CARTÃO, NÃO?

Osta – Tem coisas que ainda são peculiaridades brasileiras. Só 27% de todo movimento dos cartões gera juros. As pessoas dizem: ‘Poxa, por que a taxa de juros do cartão é tão alta?’. O processo do parcelado sem juros, que era uma coisa pequena, foi crescendo e hoje virou um monstro que nem todo mundo está gostando, nem lojistas e nem bancos. Quando 70% das operações têm zero de juros, nesses 27% que você cobra juros têm que cobrir o risco de 100% e aí começam as distorções. Quem absorve esse risco? É o emissor. Só que quando o emissor absorve todo risco e só 27% das transações são com juros, para cobrir o risco de 100% os juros vão lá em cima. Por isso, de vez em quando, ouvimos discursos de acabar com o parcelado sem juros. Acho que em algum momento todo mundo vai pensar em como aprimorar o parcelado sem juros.

Conselhos – TEMOS UM MOVIMENTO NO BRASIL DE BANCARIZAÇÃO, EM QUE SE TEM UMA CLASSE MÉDIA ASCENDENTE E PESSOAS QUE ANTES ESTA-



VAM EXCLUÍDAS DO SISTEMA BANCÁRIO E PAS-SAM A TER ACESSO.

Osta – Na realidade, o mercado é uma balança, tem que ter os dois lados. E, além disso, não é um mercado onde você diz ‘se tiver muitos emissores, cartões, adquirentes e lojistas estou bem’. É importante ter uma bandeira forte no meio para poder equilibrar isso. O mercado norte-americano é muito mais maduro e cresce a taxas de 12% ao ano, enquanto a gente cresce até 25% ao ano. Claramente ainda não atingimos a maturidade. Mas o mercado brasileiro é muito mais criativo.

Conselhos – EM PRODUTOS E SERVIÇOS?

Osta – Sim. Você não encontra um chip nos Estados Unidos. Na América Latina, por exemplo, temos 100 milhões de cartões com chip, sendo o Brasil em primeiro lugar. Só para mostrar que o Brasil é muito mais inovador do que os Estados Unidos. Lá é crédito e débito, ‘papai e mamãe’, e acabou. O Brasil tem muito para crescer ainda e a bancarização é importante. O segmento de saúde está razoavelmente mal atendido, como educação, grandes cidades, condomínios. A gente não paga nenhum condomínio, é tudo com cheque. Estamos desenhando produtos que atendam a todas as classes sociais.

Conselhos – ISSO EXIGE TAMBÉM UMA AÇÃO DIDÁTICA, DE SABER LIDAR COM O CARTÃO.

Osta – Acho que o consumidor, à medida que vai vivendo mais com o cartão de crédito, vai aprendendo com o uso. A Visa tem uma preocupação muito grande em não gerar problemas para o consumidor que ele não consiga pagar. Daí vem todo

“O CONSUMIDOR, À MEDIDA QUE VAI VIVENDO MAIS COM O CARTÃO DE CRÉDITO, VAI APRENDENDO COM O USO. A VISA TEM UMA PREOCUPAÇÃO MUITO GRANDE EM NÃO GERAR PROBLEMAS PARA O CONSUMIDOR QUE ELE NÃO CONSIGA PAGAR. DAÍ VEM TODO NOSSO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA.”

nosso programa de educação financeira, para que ele saiba exatamente como usar o cartão de crédito, o que é endividamento, uma série de coisas. Nosso objetivo não é que ele gaste mais do que pode, mas que em tudo que ele compre use o nosso produto. É diferente. Também falamos muito de orçamento. Não adianta só ensinar o que é um cartão de crédito se ele não consegue olhar para a vida financeira e entender seu orçamento. É um processo educacional. O brasileiro é bom pagador, o brasileiro não é tido como mal pagador, mas não estava acostumado a ter crédito.

Conselhos – OLHANDO PARA A TECNOLOGIA, QUAIS SÃO AS NOVAS FRONTEIRAS?

Osta – Convergência, porque são várias tecnologias, vários canais. O cartão é apenas um canal. Já temos transações agora sendo feitas por intermédio de celular, que não tem cartão de crédito fisicamente associado. Tem uma conta Visa Electron, você escolhe e diz que quer pagar no débito ou crédito, e nem encosta nele. É radiofrequência. Você aponta o celular e vai embora. Obviamente a Visa é uma empresa que prima pela inovação, somos de todas as empresas dos meios de pagamento a mais inovadora; temos produtos que ainda não foram nem copiados pela concorrência. Existem atualmente 6 bilhões de pessoas e 4 bilhões de celulares no mundo todo, para 1,8 bilhão de cartões de crédito Visa.

Conselhos – COMO É O PROGRAMA DE INVESTIMENTOS DA EMPRESA?

Osta – Não posso falar os valores porque são números que não são públicos. Uma grande parte é na plataforma de marketing porque precisamos continuar posicionando a marca como a mais forte no mercado, e obviamente todos os produtos, serviços e promoções que dão os atributos à marca. Então, investimos bastante em marketing, mas, atrelado a isso, tem o que chamo de tripé: marketing, produtos e serviços. É isso que dá valor, que faz com que esse cliente diga: ‘quero esse cartão’. É isso que faz com que 80% das pessoas queiram Visa. Mas não dá para ter zona de conforto tendo 80% dos negócios sendo feitos sem cartão de crédito.





Um cockpit. Um motor. Duas asas. Será que ainda é um carro?

Mercedes-Benz SLS AMG. www.mercedes-benz.com.br



Mercedes-Benz



Consolidação: um caminho sem volta

Especialistas dizem que empresas, pequenas ou não, precisam criar estruturas robustas para atrair capital e não adianta mais apenas ser rentável | **Por: Vladimir Goitia**

O avanço vertiginoso do processo de fusões e aquisições e, conseqüentemente, a forte concentração de mercados em determinados segmentos econômicos do País – financeiro, agronegócios, energia, telecomunicações e varejo, entre outros – deve dar tom, nos próximos meses, ao debate político entre os candidatos à Presidência nas eleições de outubro, sobre competitividade.

Enquanto o governo federal defende a fusão de grandes conglomerados com dinheiro público subsidiado a juros baixos e com ingerência do Estado, a oposição critica a forma como os recursos dos contribuintes vêm sendo usados para uma empresa pagar a compra de outra. Uma espécie de “privatização do di-

nheiro público”. Independentemente de uma posição ou outra, o fato é que o número de fusões e aquisições no Brasil vem registrando recordes históricos mês a mês. Entre janeiro e maio, foram 303 transações, quantidade 43% superior ao do mesmo período de 2009, que foi de 212, e pouco menos da metade ao verificado naquele ano todo, quando chegaram a 644, de acordo com recente relatório da consultoria PricewaterhouseCoopers (PwC).

Esses dados mostram que instabilidade e incertezas verificadas na União Europeia no começo deste ano não afetaram as grandes consolidações no País e praticamente denotam que o setor corporativo nacional está voltando para um contexto anterior à crise fi-



nanceira global. A presença do capital nacional, por exemplo, se manteve representativa em 61% das transações de compra de participação (controladora ou minoritária).

Em números absolutos, conforme o estudo da PwC, o capital nacional esteve presente em 154 transações nos cinco primeiros meses do ano. No mesmo período de 2009, foram 99 operações. Já o capital estrangeiro participou em 39% dos negócios anunciados, equivalendo a 99 transações. A expansão do número de negócios liderados por grupos nacionais (99 para 154 transações, com crescimento de 56%) é significativamente superior ao aumento do volume envolvendo capital estrangeiro (75 para 99 transações, e expansão de 32%).

Outros dados, como os da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), reforçam que operações de fusões, aquisições, ofertas públicas de aquisição de ações (OPAs) e reestruturações societárias caminham de vento em popa. No primeiro trimestre deste ano, por exemplo, movimentaram R\$ 25,3 bilhões, cifra 8,1% a mais do que em igual período do ano anterior. Em 2009, essas operações somaram R\$ 150,6 bilhões, o equivalente a duas vezes o valor de mercado do Banco do Brasil, ainda assim bem abaixo dos R\$ 220,3 bilhões verificados no ano anterior. Lembrando que só a fusão Itaú-Unibanco, anunciada em novembro de 2008, correspondeu a R\$ 106 bilhões.

Esses números por si só dizem tudo e mostram que o avanço dessas operações não tem volta. Mas, diante disso, surgem alguns questionamentos. Como ficam as pequenas e médias empresas, que são de longe os maiores empregadores do País? Como o empreendedor brasileiro deve se preparar para esse momento de acesso ao capital e com-

partilhamento do risco de crescimento com parceiros financeiros estratégicos?

“Simples”, responde Luiz Felipe Alves, sócio fundador da Cypress Associates, que há seis anos trabalha com assessoria financeira e consultoria na área de fusões e aquisições. “As pequenas e médias empresas precisam entender que, hoje, há necessidade de se fortalecer, de ser rentáveis por si, e tudo dentro da legalidade”, observa. A partir dessa governança mínima, e se possível contar com um conselho administrativo e com acordo de acionistas, acrescenta o sócio da Cypress, “elas podem se juntar a outras, concorrentes ou não, ou até atrair investidores qualificados”.

Alves lembra que, embora boa parte do empresariado brasileiro tenha consciência desse momento, não custa reforçar que não há mais espaço para focos de resistência ao que o mercado vem exigindo. “Todos estão interessados em se agrupar para criar estruturas robustas, ora atraindo empresas menores, ora adequando suas organizações a auditorias com opinião independente, e, com isso, poder atrair capital. Não adianta mais apenas ser rentável”, reforça. Ele avalia que, se as pequenas e médias empresas não tomarem esse rumo, correrão risco de desaparecer. “Eventualmente poderão até sobreviver, mas apenas em suas regiões.”

Álvaro Cyrino, professor de Estratégia da Fundação Dom Cabral e da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), é um pouco menos catastrófico. Ele acredita que, embora seja difícil afirmar até que ponto a concentração de mercados pode ou não ser benéfica, as pequenas e médias empresas podem lucrar com esse movimento. “Por estarem em estágios diferentes, já que a maioria é fornecedora ou distribuidora, esse segmento continua sendo



Alexandre Pierantoni, sócio da PwC

“FUSÕES E AQUISIÇÕES SÃO FERRAMENTAS DE NEGÓCIOS. A TENDÊNCIA É A DE QUE AS OPERAÇÕES ESTE ANO SUPEREM O VOLUME DO ANO PASSADO. A INSTABILIDADE E A INCERTEZA SÃO MENORES E A PREVISIBILIDADE, MAIOR.”

útil e ágil, cada um com seu papel específico”, afirma.

Para ele, à medida que o mercado vai se consolidando, vai também transferindo valor para esse segmento. “Não de forma equitativa, mas é inegável que também transfere riqueza para elas. Daí que, dependendo do setor, vejo a concentração de mercado como benéfica”, avalia Cyrino.

Elizabeth Farina, professora titular do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (USP) e ex-presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), explica que os mercados são complexos demais para tirar conclusões de que “tudo vai acabar”, e que as pequenas e médias empresas serão engolidas pelas grandes corporações. “Discordo desse catastrofismo. Também discordo de que tudo marcha para um monopólio ou um oligopólio”, diz Elizabeth.

Grandes players

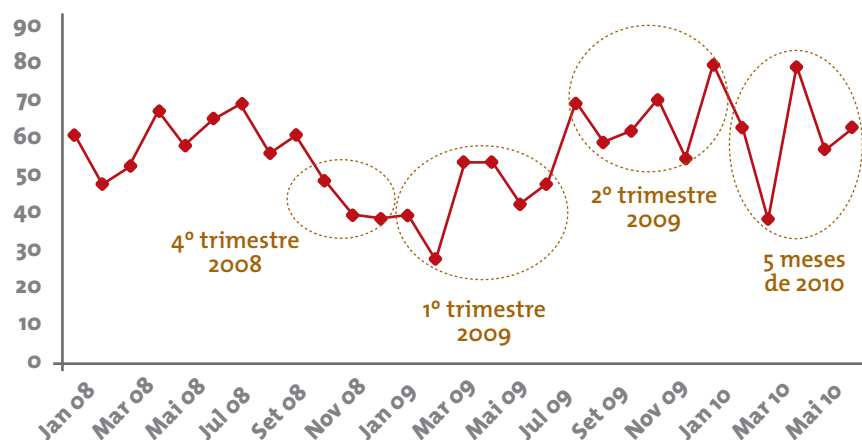
Sobre a forte onda de fusões e aquisições entre grandes *players*, tanto o sócio da Cypress quanto os professores da Dom Cabral e da USP afirmam ser um movimento natural. Para eles, é normal que as grandes empresas busquem ganho de escala, aumento de competitividade, eficiência e crescimento. “Essas são as razões clássicas, sobretudo em mercados maduros, onde oferta e demanda caminham juntas”, avalia Cyrino.

No caso do Brasil, de acordo com o professor, esse movimento vem se verificando em alguns segmentos econômicos, principalmente pelo forte crescimento do mercado. Por isso, a maior parte das recentes operações domésticas tenha tido, na ponta de compra, fundos de private equity e empresas sólidas

Alguns destaques de fusões e aquisições no Brasil (jan a mai/2010)

Fonte: PwC

- Vale vendeu suas operações de alumínio para a Norsk Hydro por US\$ 4,9 milhões;
- Petrobras adquiriu a Gás Brasília por US\$ 250 milhões;
- Heineken comprou a Femsa, dona da marca Kaiser, por US\$ 7,7 bilhões;
- Carlyle (fundo private equity) adquiriu participação controladora (63,6%) na operadora de turismo CVC por cerca de R\$ 700 milhões;
- Totvs realizou três aquisições: a M2I Serviços de Implantação de Software e M2S Serviços de Suporte por R\$ 5,3 milhões e 30% do capital social da Midbyte Informática por R\$ 12 milhões;
- SulAmérica Seguros assumiu 49% da Brasilsaúde por R\$28,4 milhões;
- O Grupo Fleury comprou os laboratórios DI Serviços Médicos e DI Médicos Associados por R\$ 11,5 milhões
- *Joint-Venture* entre a Cosan e a Shell avaliada em US\$ 12 bilhões;
- Braskem incorporou Sunoco Chemical por meio da subsidiária Braskem America Inc. por US\$ 350 milhões;
- As varejistas Ricardo Eletro e Insinuante anunciaram a fusão de suas operações, originando a holding Máquina de Vendas;
- Hypermarcas adquiriu 4 empresas: a Speka por R\$ 225 milhões; a York por R\$ 100 milhões; a Faciliti Odontológica e Perfumaria por R\$ 79 milhões e a Luper Indústria Farmacêutica por R\$ 52,2 milhões.



FIA: o MBA com a marca do conhecimento.

"Quando estudei na FIA, descobri uma escola dinâmica, sempre em movimento, voltado para o networking e que nos faz enxergar o futuro para tomada de decisões, dia após dia.

Nesta caminhada, superei adversidades diárias e extrai o máximo de mim.

O conhecimento adquirido e o relacionamento me tornaram muito melhor, em relação ao início do curso, inclusive o conhecimento adquirido no módulo internacional.

Profissionais gabaritados, ambiente acadêmico adequado e conteúdo inquestionável fazem do curso da FIA um valor percebido.

Essa fórmula explica a opção pela FIA.

Bráulio Bocchi
Superintendente Artístico

Eu fiz, eu recomendo.

MBA's FIA

- Administração de Projetos • Banking • Conhecimento, Tecnologia e Inovação
- Executivo Internacional • Finanças • Gestão da Tecnologia de Informação
- Gestão de Negócios, Comércio e Operações Internacionais
- Gestão e Empreendedorismo Social • Gestão Empresarial
- International MBA (in English) • Marketing • Marketing de Serviços
- Negócios do Varejo: Estratégia & Gestão • Recursos Humanos

Pós-graduação Lato Sensu Capacitação Gerencial

Accredited by
Association of MBAs

Tel.: 11 3732-3535 • www.fia.com.br



A referência em escola de negócios

em busca de consolidação em setores nos quais o Brasil possui vantagens competitivas.

Esse primeiro grupo, por exemplo, esteve presente em 42% dos negócios anunciados nos primeiros meses deste ano (recorde histórico), com transações nas áreas de Tecnologia da Informação (TI), varejo, hotelaria e construção, de acordo com o estudo da PwC. Segundo a consultoria, a potencialidade de consolidação de diversos setores, aliada ao potencial de crescimento da economia doméstica, atrai investidores. Já no segundo grupo, se encontra uma infinidade de movimentos como a fusão, em maio, entre a Citrosuco e a Citrovita e a compra da Usina Mandú pela Açúcar Guarani por R\$ 345 milhões. E ainda devem ocorrer outros grandes movimentos em breve (*veja texto ao lado*).

Em relação aos impactos no mercado, no geral, e no bolso dos consumidores, a concentração de mercados pode ser benéfica, mas também traz riscos. “Uma fusão pode gerar ganho de escala e, conseqüentemente, produtos ou serviços de qualidade e mais baratos para o consumidor”, afirma Gesner Oliveira, ex-presidente do Cade, hoje presidente da Sabesp. Mas, acrescenta ele, também pode inflar preços ao não ter rivalidade pela frente.

Elizabeth avalia que, se determinada fusão e aquisição objetiva a diversificação, pode não haver riscos. Porém, o problema fica para atos de concentração em mercados em que a empresa já atua. Ela avalia, no entanto, que são raríssimos os casos que trazem efeitos maléficis para o consumidor. Daí a necessidade da ação de um órgão de concorrência que obrigue a notificação e explicação sobre determinadas operações.

No Brasil, por exemplo, empresas com faturamento acima de R\$ 400 milhões são



Álvaro Cyrino, professor da Dom Cabral

“OS MECANISMOS DE DEFESA ESTÃO AÍ E PODEM SER USADOS E ACIONADOS QUANDO HOUVER UMA PERCEPÇÃO DE QUE ALGUÉM ESTÁ PASSANDO DA LINHA DO PODER DE MERCADO.”

Mudanças em curso

A necessidade de reduzir custos e a conquista de mercados deve ampliar, em pouco tempo, o processo de consolidação em vários segmentos da economia do País. Na área de energia, ao contrário do início da década de 2000, quando o nível de endividamento das grandes companhias do setor e a cotação do dólar foram os principais empecilhos para esse movimento, uma nova oportunidade para criar estruturas verticais não deve ser desperdiçada.

O agrupamento será fator-chave para assegurar o fornecimento de energia e sustentar o crescimento econômico do País. Especialistas explicam que os três maiores grupos energéticos nacionais (CPFL, Cemig e AES Eletropaulo) detêm não mais de 35% do mercado de distribuição de energia. Quando no exterior as maiores companhias teriam mais de 65% do *market share*.

Isso quer dizer que as empresas do setor no Brasil não só têm boas possibilidades de expansão como estão fortes suficientes para negociar com potenciais alvos. Além disso, o governo federal trabalha para fortalecer e internacionalizar as empresas de energia – principalmente a Eletrobrás. No início do ano, o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, declarou ser de interesse do País ter investidores comprometidos com estratégias proativas para a cria-

ção de novas unidades geradoras, além de transmissão e distribuição.

Os especialistas lembram ainda que há outro fator que, indiscutivelmente, obrigará essa recomposição: a regulação do mercado, cuja revisão de tarifas reduziu expressivamente as margens das empresas. A contrapartida (para enfrentar essa questão) está relacionada à escala dos negócios e a sua busca é hoje elemento importante para ser um vencedor nesse segmento.

Outro setor que caminha nessa direção é o da telefonia, com a oferta da Telefônica pela fatia de 50% que a Portugal Telecom detém na Vivo. Os espanhóis querem unir a Vivo à Telesp para retomar o crescimento no Brasil a um custo de € 7,15 bilhões. Outra fusão esperada, esta na área de varejo, é entre a Máquina de Vendas – união da baiana Insinuante com a mineira Ricardo Eletro – e a City Lar, a maior rede de eletrodomésticos do Centro-Oeste do País.

Alexandre Pierantoni, sócio de fusões e aquisições da PwC, acredita que a consolidação se deve ao amadurecimento do mercado e ao fortalecimento da economia do País, principalmente nesse período pós-crise global. Além disso, observa ele, o mercado consumidor está mais atrativo e competitivo e, conseqüentemente, há necessidade de um fortalecimento das companhias.

obrigadas a notificar aos órgãos antitruste sobre a compra até mesmo de uma pequena quitanda. Nos Estados Unidos, esse “corte” não é pelo faturamento, mas pelo valor da transação. “Das 400 a 600 operações realizadas anualmente aqui no Brasil, menos de 5% são bloqueados ou sofrem algum tipo de restrição”, conta a professora da USP.

Para ela, o número de notificações aos órgãos antitruste no País podia, entretanto, ser bem menor – acelerando os processos de julgamento – se o limite de corte de quem adquire uma empresa fosse maior aos R\$ 400 milhões de faturamento. “A quantidade de processos a serem julgados hoje é muito maior do que deveria ser, comparando, por exemplo, ao que se tem nos Estados Unidos.”

A ex-presidente do Cade diz ainda que, além do aumento do limite, poderia ser ado-

tado outro critério, como, por exemplo, o faturamento de R\$ 30 milhões da empresa a ser comprada. Oliveira, por sua vez, entende que os procedimentos de análise poderiam ser simplificados, já que os atuais acarretam demoras, incertezas e altos custos.

Todos esses especialistas coincidem, entretanto, na análise de que qualquer operação dessas tira *players* do mercado. Para Alves, da Cypress, isso não é um problema, pois o consumidor está cada vez mais exigente, obrigando as empresas a trabalharem com ganhos de escala. “O consumidor pode ter o ônus de escolhas reduzidas, mas pode ter maior qualidade e eficiência.”

Álvaro Cyrino entende que os riscos estão relacionados ao cliente, que pode ficar na mão de oligopólios e ficar à mercê do produtor ou fornecedor e ter de pagar muito

mais. “Esse é um risco que existe. Mas o governo tem como evitar abusos. Teoricamente, qualquer tipo de prejuízo para o consumidor pode ser evitado com a aplicação da lei”, diz. “Os mecanismos de defesa estão aí e podem ser usados e acionados quando houver uma percepção de que alguém está passando da linha do poder de mercado.”

Na visão dele, o Cade tem se esforçado nesse sentido, aplicando multas. Em junho, por exemplo, penalidades de milhões de reais contra grandes companhias e a suspensão de megafusões e aquisições garantiram ao Cade avaliação positiva entre órgãos antitruste do mundo concedida pela revista britânica *Global Competition Review*, a única a cobrir exclusivamente o tema.

A publicação se refere expressamente à multa de R\$ 352 milhões contra a AmBev por causa de um programa de fidelidade de pontos de venda e ao acordo em que a Whirlpool pagou R\$ 100 milhões para se livrar de acusações de cartel no mercado de compressores de refrigeração. As suspensões temporárias de parte de grandes fusões e aquisições, como a compra da Sadia pela Perdigão e a união entre Pão de Açúcar e Casas Bahia, também pesaram favoravelmente. Entretanto, essas operações, assim como a da Oi e Brasil Telecom, serão julgadas só depois das eleições de outubro, sob um novo presidente da República eleito.

Apesar da avaliação favorável nessa “competição” de órgãos antitruste, o Brasil está em posição intermediária em relação a outros países. O Cade ficou com as mesmas três estrelas do ano passado. A Secretaria de Direito Econômico (SDE), do Ministério da Justiça, também permaneceu com três. Ambos foram considerados como “bons” e estão atrás

do pelotão de elite, onde só aparecem os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, e da tropa dos “muito bons” (Austrália, França, Alemanha e Coreia do Sul). A Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae), do Ministério da Fazenda, ficou entre os órgãos regulares, com apenas duas estrelas e meia.

Cenários

Todo esse movimento vem animando bancos de investimento, empresas de auditoria, consultores e escritórios de advocacia, que ampliaram suas bases para dar conta da escalada do mercado de capitais doméstico nos últimos anos. Mais operações e de valores cada vez maiores. Essa é a tendência daqui em diante, de acordo com Alexandre Pierantoni, sócio de fusões e aquisições da PricewaterhouseCoopers, já que o mercado brasileiro ainda é bastante segmentado.

Ele traça um cenário crescente em fusões e aquisições. Para este ano, a tendência é superar 2007, devido à atratividade brasileira. A instabilidade e a incerteza são menores. A previsibilidade, maior. “Fusões e aquisições são uma ferramenta de negócios”, diz Pierantoni. Entre os setores mais dinâmicos para esse movimento ele cita alimentos, bebidas, agronegócios, serviços (drogarias), saúde (pequenos hospitais e clínicas) e educação.

Quanto a um ponto de equilíbrio, principalmente para a sobrevivência das pequenas e médias empresas, o professor da Dom Cabral acredita que isso jamais será possível. “Quando começa um processo de equilíbrio em determinado período, há sempre forças que conspiram contra, que fazem com que esse movimento se desequilibre de novo. É constante e periódico.” ■



Previdência Social no Brasil

Ricardo Bergamini, professor de economia

Em 40 anos de estudo das “Contas Nacionais” posso afirmar ser esse o tema mais confuso de todos, visto a complexidade e distorções acumuladas ao longo de sua existência, além de que, por deformação cultural da sociedade, os temas no Brasil são abordados superficialmente na análise quantitativa dos problemas, sem nenhuma profundidade na análise qualitativa dos problemas.

No caso da previdência, os debates se restringem a tentar provar o óbvio: a não existência de déficit na previdência. Déficit é apenas uma informação gerencial, não existente, na realidade, em nenhuma parte do planeta, já que todos os déficits existentes foram cobertos com aumento de carga tributária; redução de poupança; aumento de dívida ou com emissão de moeda.

Em 2008, o Resultado Previdenciário (Receitas Previdenciárias – Despesas Previdenciárias) foi deficitário em R\$ 112,3 bilhões

(União, Estados e Municípios), totalmente diferente do Resultado Operacional superavitário em R\$ 1,2 bilhão, onde são incluídas nas receitas as transferências da União (Cofins, CSLL, CPMF), além dos rendimentos das aplicações financeiras. Nas despesas, por exemplo, são incluídos pagamentos ao sistema “S”, além do pagamento aos 3 milhões de beneficiários assistenciais sem contribuições.

É o resultado apurado apenas entre os membros do grupo de previdência, os empregadores, empregados formais com carteira assinada e trabalhadores autônomos formais, que em 2008 gerou um déficit da ordem de R\$ 112,3 bilhões.

Devido a distorções e privilégios concedidos durante longo tempo o sistema não consegue se equilibrar por conta própria, assim são criadas novas fontes de financiamentos para atingir o equilíbrio, gerando o Resultado Operacional superavitário de R\$ 1,2 bilhão.

As fontes de financiamentos (Cofins, CSLL E CPMF, na época) são das maiores aberrações econômicas e desumanas já conhecidas, visto que atingem todos os brasileiros, mesmo os que não fazem parte do grupo coberto pela previdência. Esse grupo de excluídos está pagando uma festa da qual jamais participarão.

Além disso, não podemos abordar o tema Previdência no Brasil sem fazer a distinção entre trabalhadores de primeira classe (setor público) e trabalhadores de segunda classe (setor privado). Em 2008, a receita previdenciária dos 1.129.280 servidores ativos do governo federal foi de R\$ 8,2 bilhões. A despesa previdenciária dos 983.342 servidores inativos e pensionistas, com salário médio mensal de R\$ 5.355,88, foi de R\$ 63,2 bilhões, fazendo com que o resultado previdenciário fosse negativo em R\$ 55 bilhões (1,83% do PIB).

Em 2008, a receita previdenciária dos 2.724.556 servidores ativos dos governos estaduais, parte patronal e desconto dos inativos foi de R\$ 26,1 bilhões. A despesa previdenciária dos 1.634.409 servidores inativos e

pensionistas, com salário médio mensal de R\$ 2.641,11, foi de R\$ 51,8 bilhões, fazendo com que o resultado previdenciário fosse negativo em R\$ 25,7 bilhões (0,85% do PIB).

Em 2008, a receita previdenciária dos 2.250.258 servidores ativos dos governos municipais foi de R\$ 13,2 bilhões. A despesa previdenciária dos 558.521 servidores inativos e pensionistas, com salário médio mensal de R\$ 1.700,92, foi de R\$ 11,4 bilhões, somando um resultado previdenciário positivo em R\$ 1,8 bilhão (0,06% do PIB).

Em 2008, a receita previdenciária pelo Regime Geral foi de R\$ 162 bilhões em contribuições de empresas e parte patronal de algumas prefeituras (11,9 milhões de contribuintes) e de empregados e autônomos ativos da iniciativa privada e empregados de prefeituras (53,7 milhões de contribuintes). A despesa previdenciária dos 22,4 milhões de aposentados e pensionistas, com salário médio de R\$ 715,30, foi de R\$ 195,4 bilhões, fazendo com que o resultado previdenciário fosse negativo em R\$ 33,4 bilhões (1,11% do PIB). ■



A nova classe média brasileira

A consolidação do novo estrato social do País alterará padrões de consumo e impõe desafios aos empresários. Risco macroeconômico também existe **Por: Herbert Carvalho**

Os estudiosos do mercado interno brasileiro usam as cinco primeiras letras do alfabeto para designar estratos populacionais que são classificados de acordo com seu poder de consumo. Entender o crescimento da classe C, a grande vedete dos analistas desde que, em 2008, os pobres se tornaram minoria no Brasil, se transformou em um dos grandes mistérios a ser desvendado para a compreensão do futuro econômico brasileiro e, sobretudo, do mercado de consumo do País. Todo o conteúdo dessa reportagem foi extraído do seminário "A nova classe média brasileira" realizado pelo Conselho de Planejamento Estratégico da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do

Estado de São Paulo (Fecomercio), na sede da Federação, em 2 de junho.

A antropóloga Luciana Trindade Aguiar, PhD em antropologia pela Universidade de Cornwell (Estados Unidos) e sócia da Plano CDE Consultoria, caracteriza a classe C como sendo aquela que exibe renda familiar mensal entre R\$ 1,2 mil e R\$ 3 mil. De acordo com esse critério, entre 2002 e 2008, o número de famílias desta classe aumentou de 13 milhões para 19 milhões no País. Em consequência, houve uma redução significativa no tamanho das classes D e E e um ligeiro aumento da B (entre R\$ 3 mil e R\$ 6 mil de renda familiar), enquanto a classe A permaneceu como estava.



Nesse período, as classes B e C juntas tiveram um acréscimo de R\$ 270 bilhões em seu poder de compra, dos quais R\$ 150 bilhões ajudaram a acentuar o papel da classe C como a verdadeira classe média do Brasil, porque, além da média da renda nacional, ela exibe ainda a média dos anos de escolaridade dos brasileiros e os valores do cidadão médio do nosso País.

Mas quais são esses valores? O crescimento da classe média e a mobilidade social verificada nos últimos anos, com a consequente redução da desigualdade secular de nossa distribuição de renda, se manterão ou a pobreza pode recrudescer? E como estará o consumo das famílias brasileiras em 2020?

Na visão do economista e presidente do Conselho de Planejamento Estratégico da Fecomercio, Paulo Rabello de Castro, a emergência da classe C faz parte do processo de recuperação da renda salarial brasileira, que, segundo ele, havia afundado “literalmente” desde a década de 1980. “Essa recuperação determinou, principalmente a partir de 2005, um fenômeno de consumo que se fortaleceu e se potencializou com o aumento extraordinário dos níveis de crédito. Mas o início de tudo está na estabilização proporcionada pelo Plano Real, que restituiu a cidadania monetária aos brasileiros. A partir de 1994 há uma queda sensível da pobreza no Brasil, rápida e muito claramente vinculada à restauração da moeda. Ao se combater a inflação, descobriu-se que o País ganhava possibilidades de devolver uma parte do imposto inflacionário, o que representou a primeira emergência da classe média. O segundo elemento seria a devolução da capacidade de gastar e, portanto, de ir ao crédito.”

Dois outros fatores mais recentes de or-

dem macroeconômica também são apontados por Castro para explicar o crescimento da renda em poder das camadas médias da população: o aumento dos preços das *commodities* exportadas pelo Brasil e a redução da taxa real de juro.

“Na década que termina, tivemos um acréscimo não inferior a US\$ 250 bilhões de riqueza decorrente dos aumentos dos preços das *commodities* agrícolas e minerais brasileiras, fenômeno que ainda não cessou de ocorrer, mesmo na crise. Parte se converteu em reservas internacionais, mas parte circulou dentro da economia. Essa é uma razão da emergência da classe média. Outra reside nos juros reais de um dígito, que abre as portas do crédito habitacional. No Brasil esse crédito era praticamente zero, enquanto nos Estados Unidos corresponde a cerca de US\$ 10 trilhões”, compara o economista. E acrescenta: “A classe média existia antes da tragédia inflacionária. Ela afundou de um nível de 60% de renda salarial para cerca de 30%. A diferença do PIB foi tomada pela renda financeira. Passamos a ter uma renda extremamente mal distribuída, em favor dos bancos. Ainda continuamos a ter esse modelo, apenas estamos vivenciando uma distensão dos fatores de onerosidade financeira”.

Sustentabilidade

Para o sociólogo Amaury de Souza, PhD em política no MIT (EUA) e sócio da MCM Consultores, à expansão do crédito, que já se aproxima de 50% do PIB, soma-se outro fator determinante para a emergência da classe média: a universalização do acesso à educação básica. “Embora ainda não tenha ocorrido nem no nível secundário e muito



Paulo Rabello de Castro, presidente do Conselho de Planejamento Estratégico da Fecomercio

“ A RECUPERAÇÃO DA RENDA SALARIAL BRASILEIRA DETERMINOU UM FENÔMENO DE CONSUMO QUE SE FORTALECEU E SE POTENCIALIZOU COM O AUMENTO EXTRAORDINÁRIO DOS NÍVEIS DE CRÉDITO. ”

menos no superior, foi a extraordinária mudança educacional no Brasil que propiciou essas taxas de mobilidade social nos últimos 15 anos”, argumenta, acrescentando mais dois fatores: o aumento continuado do salário mínimo e a extensão da aposentadoria à quase totalidade da população acima de 60 anos de idade.

Souza considera que essa mobilidade se deve ainda à retomada do crescimento econômico e do emprego. Ele adverte, entretanto, que “não é ainda uma retomada forte”. “Ela não produz em números suficientes aquele tipo de emprego com qualidade e renda para que possamos falar na consolida-



Amaury de Souza, sociólogo e PhD em política pelo MIT (Estados Unidos) e sócio da MCM Consultores

ção da nova classe média. São empregos de baixa qualidade que, embora com carteira assinada, ficam na faixa de poucos salários mínimos mensais e são de baixa estabilidade. Ainda temos uma vasta fronteira a percorrer até que tenhamos uma classe média efetivamente sustentável”, adiciona. Como exemplo, ele cita o receio generalizado de que a crise financeira do final de 2008 e parte de 2009 arrastasse uma boa parte da nova classe C de volta à linha de pobreza. “Não ocorreu, felizmente, mas foi um fato indicativo das preocupações quanto à sustentabilidade desse processo”, pontua o sociólogo.

Para Souza, o avanço no processo educa-

“AINDA TEMOS UMA VASTA FRONTEIRA A PERCORRER ATÉ TERMOS UMA CLASSE MÉDIA EFETIVAMENTE SAUDÁVEL. A CRISE FOI UM INDICATIVO DAS PREOCUPAÇÕES QUANTO À SUSTENTABILIDADE DESSE PROCESSO.”

cional será um fator decisivo para determinar essa sustentabilidade. “Uma parte muito pequena da população brasileira tem o nível de escolarização necessário para o mundo moderno. Países com os quais competimos, como a Coreia do Sul, têm um nível médio de 12 anos de escolarização, enquanto o Brasil começa a se aproximar agora de nove anos, na média. Entre nós, curso secundário e superior ainda são privilégios de poucos.”

O sociólogo também se preocupa com um patamar de consumo que considera exagerado, face ao nível educacional e de renda da classe C. “Literalmente ela está se consumindo no consumo, porque está se endividando num processo de crédito farto e acessível, mas muito caro”, analisa. Quanto aos valores, ele cita o empreendedorismo como um dos caminhos de consolidação da nova classe média. “Parte importante da classe C é composta por pequenos empresários, no mais das vezes informais, mas extremamente dinâmicos.”

Tradicional e moderna

A antropóloga Luciana Aguiar cita mais três fatores que, na opinião dela, contribuiriam para a redução da pobreza no Brasil: a modernização da agricultura que, ao resultar na queda dos preços dos alimentos, possibilitou uma sobra de dinheiro no bolso dos menos favorecidos para o consumo de outros bens; as políticas de transferência de renda como o Bolsa-Família; e a queda da fecundidade, que aproxima a dois filhos por casal a taxa de reposição da população. “Hoje no Brasil estamos vivendo o que os especialistas chamam de bônus demográfico. Há um número menor de crianças na base

e de idosos no topo e um grande número de pessoas em idade produtiva. É um círculo virtuoso que um país emergente vive só uma vez. As pessoas que estão entrando agora no mercado de consumo tendem a se manter pelos próximos 40 anos como trabalhadores”, relata.

Luciana diz que as empresas precisam traçar uma estratégia para conquistar a classe C, fazendo parte de seu projeto de vida. “No Brasil ninguém se classifica como pobre, todo mundo é classe média. No entendimento do público da base da pirâmide a pobreza não é uma condição, mas um momento. Eles dizem: ‘eu estou aqui, mas vou ascender, vou mudar de vida’. O que explica o papel do empreendedorismo, muito presente como expectativa de complementação ou aumento de renda.”

A classe C amplia, segundo a antropóloga, cada vez mais sua cesta de compras. “Olha também para serviços, não só para bens de consumo. Começa a olhar para escolas privadas de baixo custo, com mensalidade de R\$ 100, no máximo. Começa a usar transporte escolar particular. Manifesta interesse por condomínios fechados e serviços de saúde particulares, como complementação do sistema público de saúde. Para se entender o público da base da pirâmide, não faz o menor sentido falar de um consumo de inclusão. Isso vale para a classe E, que batalha para garantir o básico. A classe C já está incluída, ela se percebe assim. O que ela quer é ampliar o consumo e garantir o conforto e bem-estar da família”, explica.

Luciana acrescenta que 42% das pessoas de classe C têm parentes vivendo na vizinhança. “Por isso, acontece o puxadinho, o quintal compartilhado, pessoas morando

na mesma rua. O que significa um novo padrão de consumo, por unidades e não por indivíduos isolados. São pessoas com uma relação de reciprocidade e troca muito presente. Compartilham o cartão de crédito, emprestam o nome para fazer empréstimo em financeira, dividem o carro para ir ao supermercado. Um cuida do filho do outro, compartilham a TV a cabo e o acesso à internet. É dessa forma que lidam com a vulnerabilidade, com a escassez e com as dificuldades que a vida coloca”, analisa.

A nova classe média é tradicional e ao mesmo tempo moderna na maneira de se comportar, garante a antropóloga. “A troca de informação é muito grande nesse público e não só no face a face. Há 170 milhões de celulares no Brasil hoje, 85% deles pré-pagos. A classe C é uma base importantíssima de todas as operadoras de telefonia móvel e também da internet, com 18 milhões de usuários. Mesmo as classes D e E estão conectadas por meio das 100 mil *lan houses* existentes em nosso País”, ela diz, citando o exemplo de uma vendedora de cosméticos porta a porta que passou a divulgar seus produtos no blog e no Twitter, ampliando sua renda mensal de R\$ 400 para R\$ 1 mil.

Déficit externo

Sobre o futuro, o economista Fábio Pina, da Assessoria Econômica da Fecomercio, apresenta projeções de um estudo indicando que o consumo das famílias brasileiras aumentará 40% ao longo dos próximos dez anos. Segundo ele, as classes C, D e E terão um consumo expandido em 8% ao ano até 2013 e chegarão a 2020 respondendo por 32,5% do total, quando hoje representam

27%. “O volume maior do consumo continuará sendo das classes A e B mesmo em 2020, mas muitas empresas que já exauriram seu mercado nesses estratos vão buscar uma nova fronteira nas demais classes. Isso já acontece com o crédito. Há dois ou três anos, o setor financeiro começou a olhar com um pouco mais de cuidado para o crédito das classes C e D. Essa expansão de crédito modifica o padrão médio do consumo básico no Brasil, possibilitando uma certa sofisticação no consumo aos que ganham menos de dez salários mínimos”, explica o economista.

Como as projeções partem de um aumento do PIB de 5% em 2010 e de 4% nos anos seguintes, Pina adverte que os três grandes componentes do consumo – as compras das famílias, o gasto do governo e os investimentos das empresas – estarão crescendo além do que o País produz, o que resultará em déficit externo. “O mundo pode estar disposto a financiar 1% ou 2% do déficit em conta corrente, mas não 5%. Começo a achar que, em 2013 ou 2014, mantido o quadro, o déficit externo chegará a 5%. Então, existem restrições e grande parte está no gigantismo do Estado. Quando os governos gastam muito, empresas e consumidores têm que gastar menos. No Brasil não há lugar para três grandes, alguém terá que ficar menor”, argumenta.

Paulo Rabello de Castro endossa essa preocupação: “Não estamos estabilizados. Ainda não passamos para um modelo com capacidade de poupança. A nova classe média só estará consolidada quando, além de consumir, tiver o direito de poupar. Isto significa ter uma previdência própria e tangível, que não seja de repartição, onde os mais idosos são financiados pelos mais jovens, num modelo onde você depende de alguém que nem nas-



Luciana Trindade Aguiar, antropóloga e sócia da Plano CDE Consultoria

“ NO BRASIL
NINGUÉM SE QUALIFICA
COMO POBRE, TODO
MUNDO É CLASSE MÉDIA.
NO ENTENDIMENTO DO
PÚBLICO DA BASE DA
PIRÂMIDE A POBREZA NÃO
É UMA CONDIÇÃO, MAS UM
MOMENTO. ”

ceu para garantir o seu futuro”. E conclui: “A revolução da poupança e do investimento no Brasil, incluídos aí os investimentos públicos, requer moderação da carga tributária e do gasto público. Na hora em que conseguirmos isso vamos ter uma classe média tão pujante que poderemos dizer que realmente resgatamos o País da pobreza, porque eliminaremos as faixas D e E da nossa pirâmide social”. O mistério da nova classe média começa a ser desvendado e despontam os primeiros riscos a serem gerenciados. Como a consolidação desse estrato social tem tudo para se materializar, fica o alerta aos empresários: planejem-se e saibam o que esse grupo deseja. ■



Não importa em que fase da vida você está. Para viver com segurança, você precisa de um bom plano de saúde.



E os melhores planos, até 45% mais barato*, você encontra aqui.

Graças à parceria da Qualicorp com a FECOMERCIO, você pode ter um plano de saúde coletivo por adesão que oferece todas as coberturas médicas exigidas pela lei, além de coberturas adicionais e uma excelente rede de hospitais e laboratórios. E o melhor: até 45% mais barato.*

SulAmérica
associada ao ING

Medial
SAÚDE

OMINT
1967

Confira outras opções de planos de saúde.

Qualicorp
soluções em saúde



FECOMERCIO

Ligue agora mesmo para
0800-777-4004
ou acesse www.qualicorp.com.br/fecomercio

SulAmérica ANS nº 000043 Medial ANS nº 302872 Omint ANS nº 358661 Qualicorp Adm. de Benefícios ANS nº 417173

*Em comparação a produtos de mesma categoria oferecidos no mercado de planos individuais (tabela de Junho/2010). Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. Condições contratuais disponíveis para análise. Junho/2010.

A reforma (quase) impossível

Ajuste fiscal é tema muito debatido e pouco executado. Solucionar essa equação envolverá traquejo político e abdicação de poder **Por: Paulo Fortuna**

A proximidade das eleições presidenciais põe novamente no centro dos debates a necessidade de uma reforma fiscal que tenha como meta tornar o Estado mais eficiente, aliviar o peso dos impostos para o setor produtivo e dar mais equilíbrio a divisão dos tributos entre todas as esferas governamentais. A urgência da reforma é admitida pelos três candidatos presidenciais à frente das pesquisas de intenção de voto – José Serra (PSDB), Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PV) – mas especialistas de diversos setores ouvidos por Conselhos apontam sérios obstáculos para levar adiante uma mudança profunda, principalmente porque a concentração de recursos nas mãos da União

mantém o governo federal como principal gestor de investimentos públicos em todo o País, o que resultou em enormes dividendos políticos.

O constitucionalista e presidente do Conselho Superior de Direito da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio), Ives Gandra Martins, defende a ideia de que uma reforma fiscal abrangente no País só sairá do papel caso algum dia o governo federal tenha, de fato, interesse em aprová-la no Congresso. Para ele, foi exatamente a falta de vontade política das últimas gestões federais que fez com que as propostas de mudanças mais profundas não fossem para frente. “O gover-



no domina as votações do Congresso. Se houvesse disposição da União, a reforma já teria sido levada adiante”, analisa Gandra.

Segundo ele, a estrutura tributária existente no País, na qual a União concentra 70% da arrecadação dos impostos e Estados e municípios dividem o resto, é um fator chave para explicar o desinteresse do governo em levar, a sério, uma proposta de reforma do sistema. “A União só promoverá uma reforma fiscal se tiver a garantia de que não vai perder o que já tem”, ressalta.

A União só aceitaria, na visão do constitucionalista, dividir uma parcela maior da arrecadação com os demais entes federativos se tivesse como compensação um aumento da carga tributária total. Outra alternativa seria readequar o orçamento e reduzir as despesas de custeio, sobretudo com o funcionalismo. “A carga tributária só cairá com a redução da burocracia do governo, que só tem crescido, mas sem oferecer serviços públicos correspondentes”, destaca.

Se mexer na arrecadação dos tributos da União é complicado, Ives Gandra ressalta que também não é fácil promover mudanças na estrutura de arrecadação do principal imposto arrecadado pelos Estados, o ICMS. Para ele, a proposta mais discutida para acabar com a “guerra fiscal” promovida pelos Estados, com a unificação do ICMS e a adoção de um imposto único cobrado no destino da mercadoria – proposta conhecida como Imposto sobre Valor Agregado (IVA) – dificilmente encontrará consenso na próxima legislatura, independentemente da composição de forças partidárias no Congresso Nacional.

Ele ressalta que a adoção do regime de destino implicará perdas para os Estados exportadores líquidos, que vendem mais do

“ O GOVERNO
DOMINA AS VOTAÇÕES DO
CONGRESSO. SE HOUVESSE
DISPOSIÇÃO DA UNIÃO,
A REFORMA JÁ TERIA SIDO
LEVADA ADIANTE. A UNIÃO
SÓ PROMOVERÁ UMA
REFORMA FISCAL SE TIVER
A GARANTIA DE QUE
NÃO VAI PERDER
O QUE JÁ TEM. ”

que comprem de outros Estados, e ganho para os Estados importadores líquidos, que comprem mais do que vendem. “Os representantes dos Estados exportadores líquidos, como São Paulo, não aprovarão uma reforma que implique em queda de receita”, adverte.

O economista Amir Khair também enxerga complicações políticas em levar adiante uma reforma fiscal que dependa de um consenso no Congresso. Khair observa que, certamente, os secretários estaduais da Fazenda serão consultados sobre o impacto da mudança do ICMS nas receitas estaduais, o que pode complicar ainda mais as discussões. “Os secretários dos Estados que tiverem menos arrecadação vão exagerar nas perdas. E aqueles que arrecadarem mais vão afirmar que ganham muito menos”, projeta Khair, especialista em contas públicas, ex-secretário de Finanças da cidade de São Paulo na gestão Luiza Erundina (1989/92) e mestre em



Ives Gandra Martins, constitucionalista e presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio

Finanças Públicas pela FGV-SP.

Khair alerta que, neste cenário, a reforma pode ficar muito mais complexa, com a apresentação de emendas e substitutivos no Congresso para “compensar” as perdas de arrecadação. “O resultado pode ser um aumento na carga tributária”, salienta.

O economista acredita que o Estado teria condições de reduzir a carga fiscal e manter simultaneamente o equilíbrio orçamentário, desde que sejam tomadas medidas que mudem a estrutura tributária do País. Ele propõe um modelo em que a redução geral dos impostos seja acompanhada por uma redistribuição da carga de impostos entre as faixas de renda. “O peso da carga tributária na renda para quem ganha até dois salários mínimos no Brasil é de 49%, enquanto na faixa acima de 30 salários mínimos é de 26%”, pondera.

A redistribuição proposta por Khair inclui o aumento de alíquotas de Imposto de Renda (IR) para faixas de rendas mais elevadas e a implantação do imposto sobre grandes fortunas – uma medida extremamente polêmica – ao mesmo tempo em que ocorra uma desoneração nos produtos de consumo populares, cujos preços tenderiam a cair. “O potencial dessas medidas supera a de um imposto como a CPMF”, compara.

Ele avalia que essa combinação de medidas permitiria ampliar e incorporar um maior contingente de consumidores, gerando expansão de consumo, produção e desenvolvimento econômico e social, mas sem comprometer necessariamente as finanças públicas. “O desenvolvimento econômico ampliaria a arrecadação, proporcionando maiores recursos para o atendimento das necessidades da população e da infraestrutura”, argumenta.



Amir Khair, especialista em Finanças Públicas

“O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO AMPLIARIA A ARRECADAÇÃO, PROPORCIONANDO MAIORES RECURSOS PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO E DA INFRAESTRUTURA.”

Num ambiente de crescimento econômico e aumento do poder aquisitivo, acrescenta Khair, a demanda por serviços públicos tende a ser menor, que seria outro ponto de alívio para as contas do governo. Uma situação contrária ao de um ambiente de baixo crescimento econômico, no qual o poder público seria mais pressionado por reivindicações, mas contaria com recursos mais escassos.

Docente do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e doutora pela Universidade de Campinas (Unicamp), a pesquisadora Soraia Cardozo destaca que o sistema tributário brasileiro, em especial o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), possui características que estimulam a guerra fiscal entre os Estados. “Além de ser cobrado na origem, esse imposto pertence aos governos estaduais, ao contrário da tendência mundial em que, em sistemas federativos, o IVA é de competência da União ou está inserido em um sistema em que tanto o governo federal quanto o estadual possuem competência sobre o tributo, simultaneamente. O modelo nacional favorece a guerra fiscal”, comenta.

A pesquisadora acredita que uma mudança no sistema fiscal do País tem que ser acompanhada de políticas nacionais para o desenvolvimento regional e ressalta que muitos Estados não possuem outras ferramentas, além dos incentivos fiscais, para atrair investimentos. “Apenas a reforma tributária não adiantaria nesse caso. Se não for adotada uma política de desenvolvimento regional, os Estados e municípios acabarão encontrando outras maneiras de praticar a guerra fiscal”, sustenta Soraia Cardozo, cuja tese de doutorado da Unicamp trata da disputa fiscal entre os Estados brasileiros.

“POR CONTA DA CENTRALIZAÇÃO DA ARRECADAÇÃO, HOJE TODO O PROTAGONISMO DOS INVESTIMENTOS É DO GOVERNO FEDERAL, INCLUSIVE NOS PROGRAMAS SOCIAIS, COMO O BOLSA-FAMÍLIA.”



Ricardo Ismael, cientista político



Protagonismo

O cientista político Ricardo Ismael, coordenador da graduação do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio, entende que uma reforma fiscal ampla exigirá que o governo federal reduza o seu papel de protagonista dos investimentos públicos no País, inflado nos últimos anos pela concentração do bolo tributário da União. “Por conta da centralização da arrecadação, hoje todo o protagonismo dos investimentos é do governo federal, inclusive nos programas sociais, como o Bolsa-Família. Em qualquer lugar do País podemos ver obras com placas da União. Se quisermos que Estados e municípios assumam o seu papel como investidores, será necessária uma descentralização dos recursos.”

O cientista político lembra que os Estados e municípios tiveram perdas nos repasses dos fundos de participações quando o governo, em meio à crise, reduziu as alíquotas de IPI de produtos como automóveis e linha branca e colheu sozinho os dividendos políticos da medida. “O governo fez caridade com o chapéu alheio. A renúncia fiscal fez com que Estados e municípios perdessem recursos e capacidade de investimento.”

Como a estrutura de arrecadação favorece hoje a União, ele avalia que a pressão por

mudanças deve partir dos demais entes federativos, além do Congresso Nacional que vem mostrando subordinação ao governo nesta questão. “Esperamos que a próxima legislatura leve esta agenda adiante. É o Congresso que deve puxar essas discussões, pois o governo teme que uma reforma fiscal resulte em perda de arrecadação”, lembra o coordenador da PUC-RJ.

Ismael acrescenta que outros setores da sociedade poderiam pressionar por uma reforma mais ampla, que incluísse pontos como a desoneração das exportações. “Os setores exportadores poderiam reivindicar do governo uma reforma que desse mais competitividade às empresas para disputarem o mercado internacional. O problema é que no caso de redução de ICMS o governo federal teria que adotar um mecanismo de compensação para o Estados”, ressalta.

O professor também acha que pode haver pressão para reduzir os impostos que incidem sobre a cesta básica, outra mudança que obrigaria medidas compensatórias por parte da União. “Não adianta aumentar o salário mínimo e dar Bolsa-Família enquanto os preços da cesta básica continuam altos”, observa.

Descentralização

O filósofo Roberto Romano, professor titular do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, prega uma reforma mais profunda da estrutura federativa brasileira que proporcione mais autonomia e, conseqüentemente, maior poder de decisão e responsabilidade para Estados e municípios. Ele considera que, sem isso, os eventuais efeitos positivos de uma reforma fiscal estariam comprometidos.



Roberto Romano, filósofo e professor de Unicamp

“A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA NO BRASIL É IMPERIAL. O GOVERNO FEDERAL É COMO UM EXÉRCITO QUE INVADE AS CIDADES PARA ARRANCAR OS IMPOSTOS COMO SE FOSSEM UM BUTIM.”

“Não adianta reforma fiscal. É como tentar operar uma máquina torta. Você pode tentar corrigir, mas ela vai funcionar mal.”

Romano destaca que não há tradição no País de uma força política que se oponha ao poder central, diferentemente de outras nações, como os Estados Unidos, onde há de fato um Estado federativo. “A Presidência da República no Brasil é imperial. O governo federal é como um exército que invade as cidades para arrancar os impostos como se fossem um butim”, compara o filósofo. “O resultado é que praticamente todas as políticas públicas são comandadas hoje pelo poder central, o que é uma distorção”, completa.

Na avaliação dele, a excessiva centralização do poder, inclusive na cobrança de impostos, é um dos principais causadores da política de troca favores a permear a relação entre Executivo e Legislativo. “Essa relação de servidão faz com que grande parte do Congresso só trabalhe para arrancar verbas ou chantagear o governo em busca de mais recursos. O quadro só favorece os oligarcas regionais”, analisa. “Se de fato houvesse mais autonomia, ficaria mais difícil a existência desses operadores políticos.”

Embora admita a dificuldade de reverter essa tradição, Romano acredita que algumas condições estão dadas para que a sociedade desperte para a necessidade de mais autonomia em relação ao poder central. Para ele, catástrofes como as recentes enchentes em Alagoas e Pernambuco mostram que seria muito mais eficiente se os municípios tivessem recursos para evitar as tragédias, do que esperar pelas verbas da União. Ainda que essa seja uma agenda elementar para o próximo ocupante do Palácio do Planalto, seja quem for, é uma reforma quase impossível. ■



Acesse o site

**FIZEMOS
UMA GRANDE MUDANÇA,
MAS CONTINUAMOS
NO MESMO ENDEREÇO.**

- NAVEGAÇÃO SIMPLIFICADA
- ACESSO MAIS RÁPIDO AO QUE VOCÊ PROCURA
- ÁREAS INÉDITAS • NOVA ORGANIZAÇÃO DE CONTEÚDOS
- INFORMAÇÕES • DEBATES • ESTUDOS
- PESQUISAS • SERVIÇOS

A fecomercio reformulou totalmente o seu portal. Para se atualizar e conferir as novidades, acesse: www.fecomercio.com.br



Brasil em Ritmo Chinês: É Sustentável?

A expansão em dois dígitos da economia brasileira no primeiro quadrimestre e a recente previsão do Banco Central de que o Brasil crescerá 7,3% em 2010 põem em evidência realidades novas que os pessimistas resistiam a admitir até aqui. Primeiro, a evidente capacidade do Brasil de crescer a taxas superiores a 3% ao ano, número antes considerado limite para a expansão prudente e não inflacionária. Segundo, o maior crescimento da economia acontecendo com ampla distribuição da renda e incorporação de parte significativa da pobreza ao circuito do consumo. Este fenômeno, a “ascensão da classe C”, foi objeto de debate em junho na Fecomercio.

O resultado político do crescimento acelerado, que poucos previam com tal intensidade, foi a explosão da aprovação do governo Lula, bem acima da já elevada quota histórica. O público parece exergar a diferença entre meras promessas políticas e a entrega efetiva de resultados palpáveis. Resta lembrar que fatores alheios à vontade política foram determinantes de boa parte desse sucesso.

Estamos diante de novo período eleitoral. Os candidatos devem mostrar plataformas programáticas que os façam parecer capazes de sustentar o crescimento “chinês” do Brasil com conteúdos inovadores e, se possível, transformadores. Se a conjuntura mundial voltar a azedar, como é plausível de acontecer, aumentarão os riscos de uma reversão parcial do ritmo de crescimento. Este risco é grande pelos contornos da contração da demanda, nos EUA, Europa e parte da Ásia. A economia brasileira é caudatária dos preços de commodities, que se sustentaram até o momento, mas têm chance de derretimento à frente.

Existe uma diferença essencial entre o crescimento brasileiro em ritmo chinês e a experiência de expansão acelerada da China. Os chineses vêm transformando quase metade da sua renda nacional em poupança (cuja definição técnica é o consumo adiado ou o não-consumo, em benefício do investimento). A poupança alarga os investimentos, que chegam a superar a marca de 45% do PIB chinês. A China cresce muito porque põe esforço na

postergação do consumo, enquanto a revolução econômica brasileira, no mandato do presidente Lula, foi a de haver alargado a faixa do consumo privado em detrimento da maior poupança doméstica, como proporção do PIB.

Refletindo sobre a maneira brasileira de crescer, surge a dúvida sobre os fatores que permitiram o alargamento do consumo interno sem que o investimento fosse diretamente prejudicado. O que se observa de dois anos para cá é uma aceleração do ritmo do investimento total como percentagem do PIB, ainda insuficiente para sustentar tanto crescimento, porém demonstrativo de uma inclinação a reforçar a infraestrutura nacional.

Se conseguimos, até aqui, combinar mais consumo com mais investimento é porque, aritmeticamente, alguém nos financiou o alargamento simultâneo das variáveis. A resposta está no setor externo da economia, em nossas exportações, que “pagaram as contas” do passado endividamento e permitiram a ampliação de gastos brasileiros no exterior.

Com o aumento das reservas, o Banco Central desempenhou o crédito interno, enquanto o governo usava inteligentemente a irrigação creditícia na base da pirâmide social, primeiro por meio do crédito consignado e, em seguida, pelo “Minha Casa, Minha Vida”. O BNDES entrou em campo mais que duplicando o crédito de longo prazo para investimentos. Enquanto isso, a redistribuição fiscal da arrecadação pública prosseguiu acelerada. O governo não arrefeceu o gasto corrente e imprimiu ênfase social à despesa pública.

Pode-se chamar essa formulação econômica de “modelo de alto consumo e distribuição”. Foi uma estratégia feliz e oportuna, politicamente. Mas deve ser enquadrada no tempo em que aconteceu, como uma conve-

niente distensão social, num país afligido por iníqua distribuição de renda. Mas não terá sustentação a médio prazo, a menos que deixemos ampliar perigosamente o déficit em conta corrente, aumentando nossa dependência ao financiamento externo, algo que sempre resultou em crises cambiais. O empobrecimento da base da pirâmide de renda, numa crise cambial, poria a pique os avanços sociais conquistados. O modelo de alto consumo, em detrimento da poupança e do investimento, deve mudar gradualmente. Esta é a transformação cobrada aos candidatos

Estes devem apresentar qual é seu MODELO DE ALTO INVESTIMENTO, que deve, gradualmente, tomar conta da cena econômica, em substituição ao modelo de alto consumo. Não se trata de consumir menos, nem de distribuir renda de modo mais lento. Será uma alteração gradual da proporção entre consumo e investimento, em favor deste, a fim de pavimentar um crescimento mais rápido da renda nacional e dos empregos.

A Fecomercio, por intermédio do Conselho de Planejamento Estratégico, endossa e defende o “modelo de alto investimento” como necessário para garantir os empregos para as futuras gerações de brasileiros, além da duplicação da renda pessoal da atual geração de trabalhadores, até o início da próxima década. A Fecomercio também apoia o Movimento Brasil Eficiente, cujas bandeiras de transparência dos tributos, simplificação e redução da atual carga tributária e controle rigoroso da eficiência nos gastos públicos são condições essenciais ao crescimento sustentado “em ritmo chinês”. ■

Paulo Rabello é Presidente do Conselho de Planejamento Estratégico da Fecomercio



Relação de amor e ódio

Brasil e Estados Unidos sempre foram grandes parceiros, mas andam às turras nas relações comerciais e diplomáticas. As eleições nos dois países podem piorar o que já não tem andado muito bem **Por: Enzo Bertolini**


Em outubro, o Brasil enfrentará eleições presidenciais. No mês seguinte, será a vez de os norte-americanos passarem por um processo eleitoral no qual poderão definir uma nova composição de parte do Legislativo. Nos dois casos, dentro de contexto e dinâmica eleitoral muito particular a cada país, os debates públicos dos candidatos podem sinalizar para uma nova abordagem sobre a política de relações internacionais de ambos com o restante do mundo e, evidentemente, entre si. Não surpreenderá, portanto, que a nova configuração do Congresso dos EUA introduza um redirecionamento da política internacional do governo Barack Obama, promovendo alterações significativas, como também esse movimento pode ocorrer nas relações externas brasileiras, a depender do resultado das urnas.

Em resumo, a partir desse segundo semestre, Brasil e Estados Unidos tendem a ter novos rostos em ambos os congressos e o efeito dessas mudanças merece e deve ser acompanhado de perto pelos empresários, como foi abordado durante o “III Fórum Brasil-Estados Unidos”. Realizado em 10 de junho pelo Conselho de Relações Internacionais da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio) em parceria com o Centro de Política Hemisférica da Universidade de Miami, na sede da Federação, o evento subsidia o conteúdo dessa reportagem.

O relacionamento das duas nações, historicamente bom, tem sofrido algumas rugas ao longo dos últimos meses. Brasileiros e norte-americanos estão em lados opostos, por exemplo, no processo aberto e ganho pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os subsídios dados pelos Esta-

dos Unidos aos produtores de algodão. Na questão do programa nuclear iraniano, outro episódio, Brasil e Turquia tentaram firmar um acordo com o Irã sobre o enriquecimento de urânio pelo país do Oriente Médio e entraram em desacordo com os EUA. Brasileiros e turcos também foram contrários às sanções propostas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) aos iranianos, instaurando discórdia diplomática não apenas com os americanos, como com os demais integrantes do Conselho, fato a comprometer o antigo pleito brasileiro de contar com assento permanente nesse fórum. “É bom que o Brasil tente mediar um acordo, porém o que transpareceu é que o Brasil não foi imparcial nessa questão. Ao contrário, tomou partido do Irã. E isso terá um custo”, projeta Mário Marconini, presidente do Conselho de Relações Internacionais da Fecomercio. Um exemplo disso é a discussão no Congresso americano para a derrubada de uma concessão unilateral dos EUA que permite a entrada de diversos produtos brasileiros com tarifas zero. Se isso for aprovado, o Brasil poderá perder até US\$ 3 bilhões em exportações, o que é preocupante, segundo Marconini.

Para o embaixador norte-americano no Brasil, Thomas Shannon, com ou sem ideologia, as relações entre EUA e Brasil estão baseadas em interesses nacionais e têm estruturas bilaterais para entender bem esses interesses, identificar onde há diferenças ou divergências e construir soluções inovadoras de enfrentamento de desavenças. “Estamos construindo uma parceria importante para os dois países e acredito que as relações já chegaram a um ponto em que a política doméstica americana e brasileira não afetam nossas relações e isso vai além das eleições



A PARTIR DESSE
SEGUNDO
SEMESTRE, BRASIL
E ESTADOS UNIDOS
TENDEM A TER
NOVOS ROSTOS
EM AMBOS OS
CONGRESSOS E
O EFEITO DESSAS
MUDANÇAS
MERECE E DEVE SER
ACOMPANHADO
DE PERTO PELOS
EMPRESÁRIOS.



BMW X1 xDrive 28i



www.bmw.com.br

Puro Prazer de Dirigir

TATERRA ©

PRAZER É CONECTAR-SE AO MUNDO.

Desafiar um limite, explorar as trilhas da cidade, aventurar-se em estradas e avenidas. Não se trata de encontrar o prazer, e sim de buscá-lo. Porque, com o novo BMW X1, não importa que caminho você pegue, o prazer vai estar sempre lá. Num poderoso SAV equipado com tecnologia xDrive, câmbio automático de seis marchas com Steptronic, controle de cruzeiro, faróis bi-xenon, bluetooth e rodas de liga leve 18", o prazer é item de série. E é com ele que você vai se conectar ao mundo. Basta escolher seu caminho e acelerar.

NOVO BMW X1 xDrive 28i.

BMW EfficientDynamics 
Menor Consumo. Maior Potência.





Marconini, do Conselho de RI da Fecomercio

“VALERIA A PENA PENSARMOS MAIS A FUNDO EM COMO APROFUNDAR ESSE COMÉRCIO E NAS QUESTÕES DE TECNOLOGIA, DAS CADEIAS PRODUTIVAS, DE COMO EMPREGAR DINAMISMO E EXPLORAR A INOVAÇÃO DO MERCADO NORTE-AMERICANO.”

daqui, em outubro, e dos Estados Unidos, em novembro”, analisa o embaixador, preservando a diplomacia.

No campo econômico, as exportações brasileiras para os EUA (de janeiro a maio deste ano) chegaram a US\$ 7,4 bilhões, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o que posiciona os EUA como o segundo principal parceiro comercial do Brasil, sendo superado, desde o ano passado, pela China. Situação que não irá durar por muito tempo, na visão de Marconini. Existe uma boa chance, segundo ele, de os Estados Unidos retomarem a primeira posição, uma vez que o mercado norte-americano começa a dar sinais de retomada de crescimento este ano. Além disso, 75% do que o Brasil exporta para os EUA são produtos de valor agregado, entre manufaturados e semifaturados, enquanto para a Europa e China as vendas se concentram em *commodities* e outros produtos primários.

“Valeria a pena pensarmos mais a fundo em como aprofundar esse comércio, inclusive não só pela balança, que é um número seco, mas nas questões de tecnologia, das cadeias produtivas, de como empregar dinamismo e explorar a inovação que existe e sempre existirá no mercado americano. Isso é muito importante e o Brasil não deveria deixar de pensar cada vez mais em como aprofundar esse comércio”, afirma Marconini.

Na mesma linha de raciocínio, o professor emérito da Universidade de Columbia, Albert Fishlow, entende que o mercado norte-americano seguirá como grande demandante de importações. “Os EUA têm sido o residual importador do mundo. É por esse motivo que, mesmo depois de tantas crises na década de

90, que o mundo se recupera tão rápido. Isso aconteceu porque os EUA sempre estiveram dispostos a servir como os compradores dos últimos recursos, incluindo do Brasil, que até 2005 usava a exportação como elemento principal”, pondera.

Susan Purcell, diretora do Centro de Política Hemisférica da Universidade de Miami, também compartilha da opinião de Marconini, e vai além, ao questionar por que o Brasil tem focado “todos os seus esforços praticamente no agronegócio”. “Não há muita ênfase sobre o que o Brasil ganha no tipo de exportação que faz para o mercado americano, exportações essas que são positivas para ambos os mercados”, pondera. Porém, alerta a especialista, é preciso destacar que as eleições para o Congresso americano poderão inverter o quadro de domínio do Partido Democrata, o mesmo de Obama, dando espaço para que os republicanos se tornem maioria, implicando numa mudança das prioridades daquela nação, incluindo, evidentemente, aspectos com relação à política externa.

Para o cientista político Amaury de Souza, da MCM Consultores Associados, nunca se teve um debate tão vivo e muitas vezes tão ácido sobre política externa no Brasil como nesses últimos oito anos. “Vale a pena lembrar que os eixos principais da política externa do governo do presidente Lula incluíam com marcado destaque a conclusão da Rodada Doha na OMC, a conquista de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, o realinhamento Sul-Sul fazendo uma coalizão pelo menos de intenções com grandes nações emergentes, como China, Índia, África do Sul e Indonésia, e levar a frente e aprofundar a política iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso no sentido de



Shannon, embaixador dos EUA no Brasil

“ESTAMOS CONSTRUINDO UMA PARCERIA IMPORTANTE PARA OS DOIS PAÍSES E ACREDITO QUE AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E EUA JÁ CHEGARAM A UM PONTO EM QUE AS POLÍTICAS DOMÉSTICAS NÃO AS AFETAM.”

construir na América do Sul um espaço privilegiado para o Brasil. Ora, se olharmos rapidamente para esses objetivos nos últimos oito anos, há uma frustração enorme.”

A despeito desse desempenho aquém do projetado no *front* externo, o mercado doméstico tem assegurado, pelo menos em parte, a sustentação do crescimento do País. De acordo com as estimativas do JP Morgan, apenas a Índia e a China crescerão mais do que o Brasil neste ano. No primeiro trimestre de 2010, em termos anualizados, a expansão do PIB brasileiro foi de 11,4%. Em relação ao primeiro trimestre de 2009, esse crescimento ficou em 9%. “Se o Brasil parar de crescer daqui para frente, nos próximos trimestres do ano, o efeito estatístico já garante um crescimento de 6%”, relata Emy Shayo Cherman, diretora executiva do Brazil Equity Strategy do JP Morgan.

O banco de investimento estima que o PIB em 2010 vai ser de 7,5% e, para 2011, na casa dos 4%, apesar de todo o aperto monetário esperado para os próximos meses. Para Emy, a política anticíclica adotada pelo governo brasileiro durante a crise financeira, a partir do final de 2008, ao promover cortes tributários para móveis, automóveis, eletrodomésticos e materiais de construção, e com a maior oferta de crédito via instituições públicas, foi capaz de estimular a economia.

Na visão do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, o repertório explorado pelo governo brasileiro conteve um agravamento da crise no País, bem como permitiu ao Brasil ser um dos primeiros a retomar o ciclo de crescimento pós-terremoto financeiro. Ele acrescenta que o momento é propício para a reestruturação do sistema financeiro internacional, tornando os processos mais seguros. “A boa notícia é que existem países emergentes,



Henrique Meirelles, presidente do Banco Central

“A BOA NOTÍCIA É QUE EXISTEM PAÍSES EMERGENTES, COMO O BRASIL, CAPACITADOS A LIDERAR A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA E PROMOVER AS MUDANÇAS NECESSÁRIAS PARA PREVENIR NOVAS CRISES.”

como o Brasil, capacitados a liderar a recuperação econômica e promover as mudanças necessárias para prevenir novas crises.”

Crescer sem poluir

Tradicionalmente, os EUA resistem em reduzir emissões de gases de efeito estufa. Uma mudança de opinião, entretanto, parece estar em curso, infelizmente do jeito mais dolorido. O vazamento de petróleo no Golfo do México ficará para a história como o pior desastre ambiental dos EUA (*leia reportagem na página 82*). Para Purcell, a tragédia desperta o desejo dos norte-americanos em buscar alternativas para serem menos dependentes do petróleo. “Há um grande esforço nos EUA para que haja mudança na matriz energética, com pesquisas sobre fontes alternativas como solar, eólica etc.”, comenta.

Essa se torna, segundo os especialistas, uma oportunidade interessante de aproximação comercial entre os dois países. Para Marconini, quando o assunto é crescer sem aumentar emissão de gases na atmosfera, o Brasil está muito mais avançado do que os EUA, um modelo a ser copiado, explorando, por exemplo, a oferta de etanol brasileiro no mercado norte-americano. “A nossa matriz é mais de 50% biomassa e hidroelétrica, enquanto a deles é bem suja.” Porém, existe o receio de que o governo americano se torne mais protecionista usando como desculpa a emissão de gases pelos países exportadores. “Nós precisamos nos preparar desde já para esse cenário. Precisamos pensar em um sistema global para isso. Uma ideia seria cobrar impostos de importação de países que não tem produção limpa e verde”, diz Marconini.

O maior empecilho político para aprovar

a legislação de mudanças climáticas nos EUA consiste no fato de que importantes setores da indústria americana e sindicatos, quando começam a pensar que vão sofrer restrições e ter custos maiores do que seus competidores, “entram em pânico”. “A proposta é simples: qualquer produto importado nos EUA, cuja produção implica em altas emissões de gases, que é de um setor onde há competição internacional e vem de um país sem um sistema nacional de controle das emissões, teria que apresentar créditos de carbono correspondentes ao teor das emissões implicadas na sua produção para entrar no mercado dos EUA”, explica Steve Schwartzman, diretor de Política Florestal Tropical do Fundo de Defesa Ambiental em Washington, D.C.

Ele admite a possibilidade de um acordo bilateral entre os EUA e o Brasil nesse campo. “Supondo a implementação da Lei Waxman-Markey (*que estabelece a poluidores uma licença para poluir, que poderia ser recebida ou comprada, mas que não excedesse uma taxa pré-determinada*) nos EUA e cumprimento da meta que o governo brasileiro já assumiu, isso possibilitaria maiores reduções totais das emissões, com menor custo, e ainda propiciaria uma indústria nova de carbono florestal no Brasil, com um valor entre US\$ 8 bilhões e US\$ 18 bilhões por ano”, analisa. Por outro lado, ele não nega que avançar nessa pauta não é tarefa fácil e tampouco simples. “Surgem temas que não teriam nenhum cabimento, como as tarifas sobre o etanol brasileiro.” Mais uma vez, os dois parceiros precisam e devem se acertar, independentemente dos ocupantes dos cargos eletivos a serem definidos nesse segundo semestre. Os caminhos estão aí, só resta saber quem será o primeiro a trilhá-lo. ■

O banqueiro do parceiro preferencial

Presidente do Banco da China no Brasil explica a operação do gigante no mercado brasileiro e quais são as oportunidades de investimento que já despontam **Por: Roberto Rockmann**

O presidente do Banco da China no Brasil, Zhang Jianhua, tem tido uma agenda corrida desde julho do ano passado, quando a instituição instalou seu primeiro escritório no Brasil. Porta de entrada na América Latina, a sede brasileira tem como missão ampliar as relações bilaterais entre os dois países e fornecer recursos para as empresas chinesas que pretendem ingressar no mercado brasileiro e para as companhias brasileiras com negócios no país asiático.

O Banco da China é uma instituição poderosa no setor financeiro mundial: têm ativos de US\$ 1 trilhão e possui 600 escritórios em 27 países. A meta em 2010 para o Brasil é reforçar visitas corporativas e angariar 50 clientes. No ano, os empréstimos ficarão entre US\$ 50 milhões e US\$ 100 milhões. Em 2011, deverão chegar de US\$ 100 milhões a US\$ 500 milhões.

Desde 2009, a China superou EUA e Argentina e se converteu no maior parceiro comercial do Brasil. Entre janeiro e abril desse ano, a corrente de comércio entre brasileiros e chineses somou US\$ 14,1 bilhões. As perspectivas para os próximos anos são promissoras. “O Brasil foi um dos países que mais cedo saíram da crise e deve crescer 7% nesse ano. É rico em recursos naturais e sediará a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas, em 2016, o que abre muitas oportunidades”, afirma Jianhua, que está há dois anos no Brasil. O executivo concedeu entrevista à **Conselhos**, após ter participado do “II Seminário Brasil-China”, organizado, em 24 de junho, pelo Conselho de Relações Internacionais da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio), presidido por Mario Marconini. Seguem os principais trechos.



Conselhos – O BANCO DA CHINA NO BRASIL COMPLETOU UM ANO DE VIDA EM JULHO. COMO ESTÁ O DESENVOLVIMENTO DO NEGÓCIO?

Zhang Jianhua – De julho de 2009 até o fim do primeiro trimestre de 2010, demos o primeiro passo do nosso plano de negócios, buscando conhecer a legislação e o mercado, para podermos entender melhor o mercado e os riscos. Não fizemos grandes negócios nesse início. No segundo trimestre deste ano, iniciamos a segunda fase do nosso plano de desenvolvimento, reforçando as visitas a empresas brasileiras e chinesas, explicando nossa missão, valores e mostrando por que temos ferramentas competitivas e quais as nossas vantagens. Por exemplo, temos serviços que facilitam o pagamento direto a empresas na China. Esse serviço, quando é feito por bancos internacionais, passa por três ou quatro agentes. Se feito por nós, terá um ou dois agentes, simplificando a operação e reduzindo seus custos. A maioria das empresas chinesas com interesses em exportar, importar ou investir no Brasil é cliente do nosso banco, o que facilita o contato. Já as empresas brasileiras não têm um conhecimento profundo do mercado chinês e podemos oferecer essa vantagem.

Conselhos – COMO É A ESTRUTURA DO BANCO NO BRASIL? QUANTOS CLIENTES VOCÊS TÊM?

Jianhua – O Banco da China não é apenas um banco comercial. Tem uma rede de serviços internacionais com serviços de investimentos e seguros aos clientes. É hoje o banco mais internacionalizado da China. Atualmente, temos 27 funcionários no Brasil, sendo que sete são chi-

neses e 20 são brasileiros, mas esse número deverá crescer nesse ano. Já tenho entrevistado candidatos a novas posições. É preciso frisar que não estamos buscando clientes agressivamente e que temos adotado uma postura conservadora. Nesse início, focamos em poucas atividades para conhecer o mercado e as leis brasileiras, mas, a partir do segundo semestre, ampliaremos a nossa atuação, principalmente na área de importação e exportação. Temos hoje pouco mais de 20 grandes empresas chinesas e brasileiras como clientes dos mais diversos setores, como telecomunicações, mineração, automobilístico. Nossa meta é de que possamos chegar ao fim do ano com 50 clientes. Estamos iniciando contatos, fazendo visitas e iremos investir mais em propaganda. Na área de comércio exterior, tanto em exportações e importações, podemos crescer mais.

Conselhos – QUANDO HOUVE O ANÚNCIO DE QUE O BANCO DA CHINA IRIA ABRIR SEU ESCRITÓRIO NO BRASIL, EM 2008, NOTICIU-SE QUE O BRAÇO BRASILEIRO PODERIA TER US\$ 10 BILHÕES PARA FINANCIAR OPERAÇÕES AQUI. QUAL É O NÚMERO COM QUE O BANCO TRABALHA?

Jianhua – Não sei de onde esse número saiu, mas ele não existe. Nós somos pequenos. Nossa operação começou há pouco tempo, temos um único escritório, pouco mais de 20 clientes. E passamos esse início de negócios estudando o mercado, buscando conhecê-lo mais. Agora, iniciamos o segundo passo, procurando ser mais conhecidos entre empresas chinesas e brasileiras. Nesse segundo estágio, que se iniciou no segundo trimestre



“ Em 2010, PODEMOS CHEGAR DE US\$ 50 MI A US\$ 100 MI EM EMPRÉSTIMOS. NA FASE DE NEGÓCIOS PREVISTA PARA O PRÓXIMO ANO E EM QUE IREMOS OFERECER SERVIÇOS MÚLTIPLOS, PODEMOS CHEGAR ENTRE US\$ 100 MI E US\$ 500 MI. ”

deste ano e que deverá ir até o fim de 2010, podemos chegar de US\$ 50 milhões a US\$ 100 milhões em empréstimos. Na terceira fase de negócios, prevista para o próximo ano e em que iremos oferecer serviços múltiplos, podemos chegar entre US\$ 100 milhões e US\$ 500 milhões.

Conselhos – INGRESSAR NO SEGMENTO DE VAJEIRO BANCÁRIO É UMA OPÇÃO ESTUDADA POR VOCÊS NO BRASIL?

Jianhua – Há interesse de participar nesse segmento de mercado no Brasil, mas isso não é uma alternativa que será trilhada no curto prazo, em um período de cinco anos. É bom frisar que estamos ainda nas primeiras fases de evolução de nosso negócio no Brasil, temos um único



escritório. Como poderíamos oferecer serviços a clientes de varejo com essa estrutura agora? A primeira fase de desenvolvimento do banco tem o foco no mundo corporativo, nas pessoas jurídicas e empresas. Portanto, o segmento de varejo não cabe nessa primeira fase de negócios. Para avaliar nosso ingresso no segmento, será preciso analisar muitas coisas e isso dependerá de nossa situação quando formos estudar o assunto. Se esse caminho for trilhado no médio prazo, uma ideia seria atuar com bancos locais, que já têm conhecimento do mercado. Mas é bom destacar que ainda não procuramos nenhum banco brasileiro para conversar. Nem teremos conversas no curto prazo. Nosso foco é ampliar as operações atuais.

Conselhos – O BRASIL IRÁ SEDIAR A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL EM 2014 E AS OLIMPÍADAS EM 2016. JÁ HOUVE CONTATO COM VOCÊS DE EMPRESAS BRASILEIRAS E CHINESAS PARA FAZER NEGÓCIOS?

Jianhua – Esses eventos deverão ter impacto positivo sobre a economia brasileira nos próximos anos. Já fomos visitados por uma empresa de consultoria brasileira que pretende viajar à China para mostrar projetos e possibilidades de patrocínio que poderão existir.

Conselhos – O SENHOR ESTÁ OTIMISTA COM O DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA PARA ESSE ANO E OS PRÓXIMOS?

Jianhua – O Brasil foi um dos países que mais cedo saíram da crise do ano passado. Nos primeiros três meses desse ano, teve um crescimento muito forte. O JP Morgan estima crescimento de 7% do Produto In-

terno Bruto (PIB) do Brasil em 2010. O País poderá se tornar a quinta maior economia do mundo já nessa década. Ao sediar a Copa do Mundo e a Olimpíada do Rio de Janeiro, se tornará uma plataforma mundial de negócios. O Brasil está em forte ascensão no cenário internacional. Nossa intenção é participar desse crescimento.

Conselhos – AS EMPRESAS CHINESAS ESTÃO COM BASTANTE INTERESSE EM INVESTIR NO BRASIL? EM QUAIS SETORES?

Jianhua – Há interesse grande, sim. Há uma grande complementaridade entre as duas economias. O crescimento chinês é dependente de recursos naturais, e o Brasil tem abundância desses recursos. A China já se tornou o maior parceiro comercial do Brasil. As áreas preferidas pelos investidores chineses são mineração, telecomunicações, agronegócios e infraestrutura. O Brasil sediará a Copa e as Olimpíadas e isso poderá fazer com que muitos projetos para melhorar a infraestrutura do País saiam do papel. Por exemplo, empresas chinesas já estão conversando com o governo do Brasil em relação ao projeto do Trem de Alta Velocidade que interligaria as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Conselhos – FUSÕES E AQUISIÇÕES NO BRASIL TAMBÉM ESTÃO NO RADAR DAS EMPRESAS CHINESAS? EMPRESAS BRASILEIRAS TAMBÉM PODERÃO BUSCAR NEGÓCIOS NA CHINA?

Jianhua – Existem discussões de empresas nas áreas de agronegócios e de minério de ferro. No setor agrícola, empresas chinesas estão debatendo sobre a compra de terras e de ativos. Em relação às

empresas brasileiras, não sei o que elas estão planejando fazer, mas é importante frisar que a China é um mercado aberto e essa é uma possibilidade que poderá ocorrer, com empresas brasileiras fazendo investimentos diretos lá.

Conselhos – O SENHOR DISSE QUE EMPRESAS CHINESAS ESTÃO DISPOSTAS A INVESTIR EM AGRICULTURA NO BRASIL. O BANCO DA CHINA NO BRASIL ESTÁ PREPARADO PARA ATUAR NA ÁREA?

Jianhua – Esse é um dos setores que os chineses têm mais interesse em investir no Brasil. Portanto, temos muito interesse em atuar mais diretamente nesse segmento de mercado. Já estamos preparando funcionários para que possamos ter um melhor conhecimento dessa área e nossa expectativa é de começar a operar nesse segmento no último trimestre deste ano. Consideramos financiar empresas chinesas que planejam comprar terras para plantio de tabaco e soja, produtos dos quais a China importa grandes volumes todos os anos.

Conselhos – O BRASIL FOI ESCOLHIDO COMO PORTA DE ENTRADA DO BANCO DA CHINA NA AMÉRICA LATINA. OUTROS ESCRITÓRIOS PODERÃO SER ABERTOS NA REGIÃO?

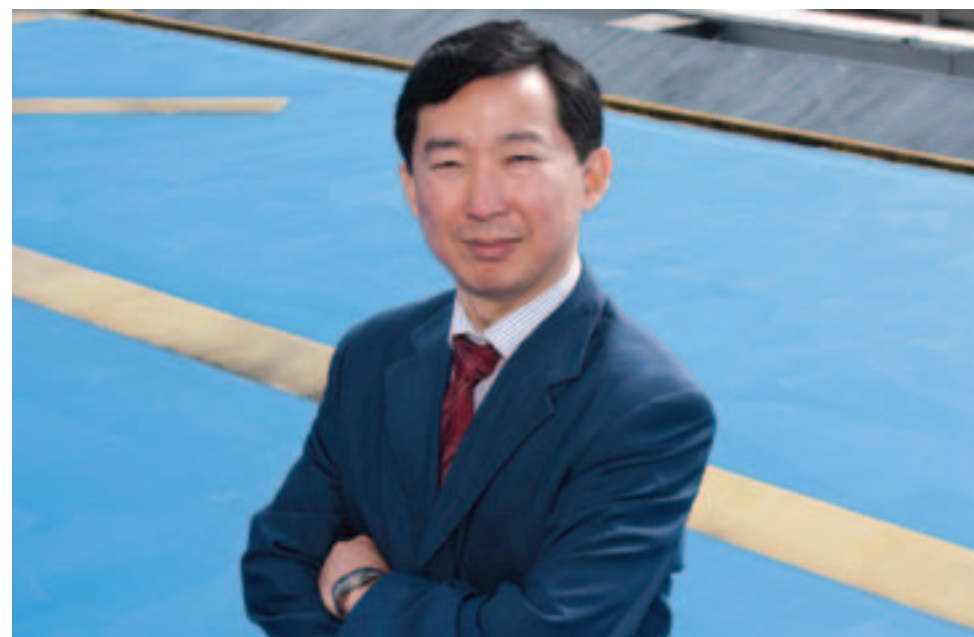
Jianhua – Essa alternativa está em estudo. O país em que esse escritório poderá ser implementado também está em estudo. Não posso revelar qual o principal candidato, apenas posso dizer que esse país faz fronteira com o Brasil e tem negócios com empresas chinesas. No momento, está sendo realizado um estudo de viabilidade econômica e comercial sobre a implementação do escritório.

“AS ÁREAS PREFERIDAS SÃO MINERAÇÃO, TELECOMUNICAÇÕES, AGRONEGÓCIOS E INFRAESTRUTURA. O BRASIL SEDIARÁ COPA E OLIMPÍADAS E ISSO PODERÁ FAZER COM QUE MUITOS PROJETOS PARA MELHORAR O PAÍS SAIAM DO PAPEL.”

Esse relatório deve ser concluído até o fim do terceiro trimestre desse ano. Se o documento apontar que realmente existe viabilidade no negócio, esse assunto será levado para ser analisado no Conselho de Administração do Banco da China no primeiro semestre do próximo ano.

Conselhos – ANO PASSADO, OS GOVERNOS DA CHINA E DO BRASIL DISCUTIRAM A POSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO DE UMA MOEDA ÚNICA PARA AUMENTAR AS RELAÇÕES ENTRE OS DOIS PAÍSES. QUANDO PODERIA SER IMPLEMENTADO?

Jianhua – Não estou certo de como isso possa ser realizado, mas sei que há interesse dos dois países em facilitar o comércio e reduzir a volatilidade do dólar. No início desse ano, o Banco Central da China en-



viou uma missão de funcionários a Brasília para se reunir com o Banco Central brasileiro para entender melhor as intenções existentes. Mas implementar um mecanismo desses é algo que demanda tempo e não é para o curto prazo, porque há necessidade de ajuste de muitos detalhes.

Conselhos – O MERCADO FINANCEIRO PASSA POR MOMENTOS DE TURBULÊNCIA, QUE É ALIMENTADA PELA PREOCUPAÇÃO EM RELAÇÃO À SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA DE ALGUNS PAÍSES EUROPEUS. ESSA NOVA CRISE TERÁ IMPACTO SOBRE A ECONOMIA CHINESA?

Jianhua – Ao lado dos Estados Unidos, a Europa é um dos maiores mercados compradores dos produtos fabricados na China, respondendo por um volume im-

portante das nossas exportações. Em paralelo, essa instabilidade tem trazido uma desvalorização do euro. Essa crise deverá ter um impacto sobre o crescimento chinês, mas não se sabe como e em quanto.

Conselhos – A CHINA TEM SIDO PRESSIONADA PELOS ESTADOS UNIDOS E EUROPA A VALORIZAR SUA MOEDA. COMO O SENHOR ANALISA ISSO?

Jianhua – Esta é uma questão que afeta diretamente o desenvolvimento econômico do país, por isso há de se ter cautela. Há muita divergência entre economistas sobre como isso afeta a economia mundial. Com a crise na Europa e a desvalorização do euro, o yuan acabou se valorizando nos últimos meses. Esse é um assunto muito difícil de ser discutido. ■



O imposto sobre grandes fortunas

A Deputada Luciana Genro levou à Câmara projeto de lei complementar objetivando regular o imposto sobre grandes fortunas, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa. Tenho sérias dúvidas sobre sua constitucionalidade e a utilidade da tributação que se pretende instituir.

Se analisarmos a experiência internacional e o direito comparado, verificaremos que, em nenhum país do mundo, o tributo teve o efeito confiscatório como o apresentado pela parlamentar. Rogério Gandra Martins e Soraya Locatelli, no livro *Tributos no Brasil: Auge, Declínio e Reforma*, mostram que a maioria dos países que o adotaram, abandonaram-no pela pouca efetividade de arrecadação, pela dificuldade em definir os patrimônios atingíveis e pela fuga de poupança e investimentos.

Na Alemanha, o imposto foi introduzido como suplementar sobre a renda e declarado inconstitucional em 1995, considerado confiscatório. Os Estados Unidos, Canadá e Inglaterra abandonaram a ideia de implantá-lo. Na Itália, o tributo foi instituído em 1946

mas dele se desistiu em 1973/74, rejeitado pelo Parlamento. No Japão, institucionalizado em 1950, foi retirado do sistema em 1953. Na Espanha, Zapateiro baseou sua campanha na supressão do imposto, rejeitado por 59% da sociedade. Na Suíça, um paraíso fiscal, é o imposto mais antigo (1% no máximo sobre o patrimônio), sendo cobrado pelos cantões.

Os poucos países que adotam o imposto estabeleceram alíquotas baixas: Finlândia, máximo 0,9%; Islândia, máximo 0,6%; Luxemburgo, 0,5%; Noruega, de 0,9% a 1,1%; e, Suécia, 1,5%. Nesses países, a qualidade dos serviços públicos é de tal nível que o cidadão não tem que se preocupar com nada: aposentadoria, saúde, educação etc. O Estado de tudo cuida.

Ora, no projeto da deputada gaúcha – que não nega ser favorável ao fortalecimento do Estado e não da livre iniciativa –, as deduções são praticamente nenhuma, a alíquota mínima é de 1% para quem tiver bens superiores a R\$ 2 milhões e até 5% para quem tiver bens superiores a R\$ 50 milhões. Não há parâmetro no mundo para alíquotas tão elevadas!

Tal como na Alemanha, tributo com esse perfil, se chegar a ser instituído, também será considerado confiscatório no Brasil; isto porque depois de o patrimônio do cidadão ter sofrido a incidência de quase uma centena de tributos, direta ou indiretamente, e dos 12 impostos federais, estaduais e municipais, terá ainda uma diminuição anual de 1% a 5%.

Tributação desse teor propiciará que, em menos de 20 anos, os empresários nacionais tenham passado todo o seu patrimônio para o Estado. Um empresário que tenha uma empresa no valor de R\$ 1 bilhão terá que entregar R\$ 50 milhões por ano para o Estado, em ações ou vendê-las para obter os recursos para entregá-los ao governo.

Ora, o artigo 150, inciso IV, da Lei Suprema está assim redigido: “Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: IV - utilizar tributo com efeito de confisco”.

Nada se enquadra tanto na vedação do dispositivo constitucional quanto este imposto. Lembre-se que dois impostos já incidem sobre o patrimônio de forma direta (IPTU e IPVA – imóveis e carros) e dois outros indiretamente (transmissões não onerosas e imobiliárias onerosas).

O aspecto mais curioso, todavia, é que o patrimônio a ser confiscado, no nível das alíquotas previstas, é o patrimônio já profundamente desfalcado pela série de tributos que levam a carga tributária do Brasil (tributos e penalidades) a mais de 37% do PIB!

Uma tal exigência não poderá deixar de ser considerada inconstitucional por ferir o inciso IV do artigo 150 da Constituição, pois o efeito confisco é inequívoco, com profunda descapitalização do empresariado nacional.

Uma segunda inconstitucionalidade é evidente. A Constituição impõe princípios e normas que devem parametrar a produção da legislação infraconstitucional.

O imposto que consta da previsão constitucional não é um imposto sobre solidariedade. Não é um imposto sobre “riqueza”, que é menor que “fortuna”. É um imposto em que adjetivação tem particular relevância, vale dizer, é um imposto sobre GRANDES fortunas.

Ora, considerar que um cidadão que tenha um imóvel de R\$ 2 milhões, seja detentor de GRANDE FORTUNA, é ou ser um analfabeto, que deveria estudar de novo o seu idioma, ou um profundo desrespeitador da Lei Suprema, reconhecendo que, ao arrepio do que prevê a Constituição – imposto sobre grandes fortunas –, a intenção é criar um imposto que atingirá toda a classe média, além das grandes fortunas. Como a Constituição tem primado sobre todas as leis complementares e ordinárias, à evidência, o projeto que tributa valores que não são fortunas, nem grandes fortunas, é de manifesta inconstitucionalidade.

Resta um último aspecto. Na justificação de motivos, diz o relator na CCJ que, de rigor, não é um imposto sobre grandes fortunas, mas complementar da renda. Ora, para ser um imposto complementar de renda deveria pressupor um acréscimo patrimonial (art. 43 do CTN) e não o patrimônio estático, no que resulta numa terceira, aguda, inconstitucionalidade, além da ilegalidade.

Espero que o projeto seja rejeitado pelo Congresso, mas, se não o for, dificilmente passará pelo Controle Concentrado de constitucionalidade da Suprema Corte. ■

Ives Gandra Martins é presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio

Investimentos sociais estrangeiros mais distantes



Ativismo global e estabilização política e econômica do Brasil geram reavaliação de apoiadores externos. Quem deve suprir essa debandada? **Por: Aureliano Biancarelli**

Os poucos levantamentos sobre a saúde econômica das organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras mostram que há uma significativa retirada da cooperação internacional e um estreitamento do foco daquelas que permanecem. Com a economia e a democracia estabilizadas, e posicionando-se cada vez com maior ativismo na arena global em defesa de seus interesses, o Brasil começa a deixar de ser alvo das atenções e do dinheiro da cooperação internacional que se volta agora para países mais pobres, da África e da Ásia. A iniciativa privada e os recursos de governo tendem a cobrir uma parte dessa fuga, mas com “significativo risco” para a democracia, dizem especialistas nesse campo. Enquanto a cooperação internacional investe em questões mais conflituosas, como direitos humanos, direito das minorias, ocupação da terra, transparência, corrupção e governança, o dinheiro privado e governamental vem carimbado para ações que se concentram em saúde, educação, crianças, jovens e educadores. Em muitos casos, se destinam apenas a melhorar a imagem do financiador, o que levanta a questão de qual deve ser o papel efetivo da iniciativa privada do País no campo social e, portanto, da sustentabilidade.

“Está ocorrendo uma crise profunda, silenciosa e perversa, colocando a democracia em jogo. Atores que historicamente contribuíram para o fortalecimento da democracia no Brasil estão sendo fragilizados e organizações que trabalham com temas que não interessam às empresas e aos governos estão fechando”, diz Damien Hazard, economista e um dos diretores executivos da Associação Brasileira de ONGs (Abong). Pesquisa feita pela instituição demonstra que mais de 90%



Fernando Rossetti, secretário-geral do Gife

“O TERCEIRO SETOR
ESTÁ VIVENDO HOJE
UMA CRISE IMPORTANTE,
ESPECIALMENTE AQUELAS
ONGS QUE TRABALHAM
SOB O GUARDA-CHUVA
DOS CHAMADOS DIREITOS
HUMANOS.”

dos seus associados tiveram uma redução da ajuda externa no período de 2004 a 2008. “Estamos assistindo ao fim de uma era”, sintetiza Hazard.

“O terceiro setor está vivendo hoje uma crise importante, especialmente aquelas ONGs que trabalham sob o guarda-chuva dos chamados direitos humanos”, diz Fernando Rossetti, secretário-geral do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife). A proposta do Gife, formado por 125 associados que este ano desembolsam R\$ 2 bilhões nessas ações, é contribuir para que as empresas associadas troquem experiências e invistam seu dinheiro nas melhores ações sociais.

Como as Pessoas Jurídicas investem em temas que interessam a elas, restringindo o papel das ações sociais, o Gife vê uma saída na criação de fundações familiares – que vêm aumentando muito no Brasil e que podem assumir causas independentes – e de fundos participativos independentes, que não têm um dono e por isso podem investir em causas menos consensuais.

A médica Maria Eugênia Lemos Fernandes, coordenadora geral da Associação Saúde da Família, uma ONG que concentra seu trabalho em programas de parceria com o governo, confirma a redução de parceiros internacionais, mas diz que projetos da iniciativa privada que disfarçam interesses de marketing – que são muitos – são recusados. Fundada em 1992, a Associação já teve apoio da Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional, das Fundações Ford, Elton John e Levi Strauss, entre outras.

“Até o final dos anos 1990, 90% dos nossos recursos eram internacionais. Agora, estamos invertendo, e 90% já são nacionais”, diz Maria Eugênia. “A maioria dos projetos

que temos são convênios com o poder público, programas que nós implementamos diretamente. O setor privado ainda não tem contribuído como gostaríamos.”

No conjunto, a Associação administra em torno de R\$ 250 milhões por ano e o convênio mais importante é com o “Programa Saúde da Família”, onde emprega cerca de 2 mil funcionários. Para a médica, a infraestrutura das instituições é o ponto frágil de muitas ONGs, que sabem fazer bem o trabalho de campo, mas não são capazes de prestar conta disso. “Muitos projetos sérios estão sendo



paralisados por falta de apoio privado, outros porque não conseguem ou não são capazes de atender a tantas exigências burocráticas.” Na opinião dela, o setor privado nacional poderia contratar serviços das ONGs para sua área de responsabilidade social e ver, *in loco*, no campo, como as pessoas trabalham e o que elas necessitam.

Cerca de 70% dos US\$ 500 mil que o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, principal ONG brasileira a acompanhar a área, movimenta por ano vem de três instituições internacionais. Os outros 30% são advindos principalmente de recursos públicos.

“Agora que já temos credibilidade, nossa opção estratégica é fazer com que 70% venham de parcerias privadas nacionais”, diz Renato Sérgio Lima, secretário-geral do Fórum, organização criada em 2006. Os 30% locais estão concentrados em agências de fomento e governo. Uma única empresa privada, a CPFL, está associada nas proposições do Fórum. A proposta da organização é gradualmente subir a porcentagem de apoio privado nacional, reduzindo para a casa de 30% a dependência de recursos externos. Para isso, tem se atuado para sensibilizar empresários sobre o tema segurança pública.

Dados de diferentes pesquisas mostram que as transferências do governo para as organizações do terceiro setor chegam em alguns países a 80% da receita dessas entidades, com uma média de 50%. Nessas nações, a contribuição do setor privado e das famílias fica em torno de 15%, o que significa 35% de geração de renda própria. No caso brasileiro, as transferências de governo, do setor privado e das famílias não passam de 35%. O restante são recursos gerados por iniciativa da própria organização.

Fuga de estrangeiros

Um levantamento feito pela Abong ilustra a redução do financiamento por parte de entidades internacionais. Entre 2004 e 2008, 92% das organizações filiadas à Associação Brasileira de ONGs tiveram um corte de mais de 30% nos seus orçamentos. Em 43% delas, a redução foi superior a 50%. No conjunto dessas entidades, quase 80% de suas receitas vinham da cooperação internacional. A Abong representa cerca de 300 organizações não-governamentais num universo de quase 300 mil entidades do terceiro setor de todos os tamanhos e feições. Suas associadas, 95% delas criadas antes de 2001, são representativas do que se faz de mais significativo no Brasil dentro da sociedade civil, especialmente em temas menos consensuais, como direitos humanos, ocupação de terras, direitos de minorias, transparência e governança. “A cooperação internacional esquece que o Brasil, embora emergente, é um país muito desigual”, opina Hazard.

A organizações não-governamentais se queixam de que os recursos públicos e privados, além de insuficientes, não cobrem despesas institucionais, o que vem provocando redução no número de funcionários administrativos, enfraquecendo a capacidade de captação. Outra dificuldade é o longo tempo para a aprovação de um projeto. Além do fato de estar em crescimento o número de empresas que utilizam suas marcas em projetos sociais limitados a temas menos polêmicos e restritos a sua área de atuação.

Rubens Naves, do Escritório Associados de Advocacia e ex-presidente da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente (2002/6), observa que há uma ten-



Advogado Rubens Naves, ex-presidente da Abrinq

“As ONGs QUE ATUAM NO UNIVERSO POLÍTICO TENDEM AO ENFRAQUECIMENTO, SALVO AQUELAS LIGADAS AOS MOVIMENTOS INTERNACIONAIS DAS CAUSAS AMBIENTAIS E DIREITOS HUMANOS.”

dência de “expansão das parcerias no plano nacional” quando se trata de áreas como fomento a cultura, às ciências e tecnologia, saúde, combate à pobreza e outras, sob a qualificação jurídica de “OSCIP ou OS”. “As entidades beneficentes tendem a buscar maior profissionalização e nessa direção serão fortalecidas e obterão apoio da cidadania”, afirma. “Já as ONGs que atuam no universo político tendem ao enfraquecimento, salvo aquelas ligadas aos movimentos internacionais das causas ambientais e direitos humanos.” Segundo ele – cujo escritório atende mais de 70 instituições da sociedade civil –, “existe necessidade de financiamento público para subsidiar ações de entidade da sociedade civil voltadas para implementação dos direitos fundamentais”, mas “há um preconceito em relação à atuação de organizações com finalidades exclusivamente políticas”. No entendimento dele, não faltam recursos da iniciativa privada para o terceiro setor, mas falta uma decisão política.

Naves cita uma pesquisa realizada com apoio do Instituto Fonte envolvendo uma amostra de 41 organizações de cooperação internacional – não abrangendo órgãos ligados à esfera pública. Na pesquisa se observa uma “queda de recursos a serem aportados previstos para o Brasil, apontando um declínio significativo em 2010, contrastando com o aumento verificado em 2007/8 e 2008/9”. Os motivos apontados são a crise econômica de 2008 e 2009, mudança de prioridade de regiões do globo (África em especial) e mudança de estratégia da organização.

Lima, do Fórum de Segurança Pública, observa que as “instituições mais profissionalizadas, com melhor gestão, com capacidade de geração de indicadores e de cumprimento de

metas”, terão maior espaço de sobrevivência. As mais eficazes e profissionais já estão sendo vistas como parceiras na implementação de ações em outros países. “São nações com grandes deficiências estruturais, por isso precisam do dinheiro das instituições internacionais e a expertise das organizações brasileiras na implementação de projetos.” Ele cita como exemplo a associação Viva Rio, que hoje é uma das maiores instituições em atividade no Haiti, numa lógica de cooperação Sul-Sul. “Nós já atingimos um patamar onde podemos ensinar, não só aprender”, pondera.

Segundo Rossetti, o Gife está construindo uma estratégia para os próximos dez anos levando em consideração a complementação do dinheiro que vinha de fora. Uma delas são as fundações familiares, “que carregam o sobrenome da família e não necessariamente a marca e os interesses da empresa, por isso agem com mais autonomia”, explica.

“INSTITUIÇÕES MAIS
PROFISSIONALIZADAS, COM
MELHOR GESTÃO, COM
CAPACIDADE DE GERAÇÃO
DE INDICADORES E DE
CUMPRIMENTO DE METAS,
TERÃO MAIOR ESPAÇO DE
SOBREVIVÊNCIA.”

Renato Sérgio de Lima

“Enquanto a empresa e as fundações empresariais pensam no seu relacionamento com o cliente como um negócio, as fundações familiares podem se dedicar a causas mais conflituosas, desatreladas dos negócios. E como o País está vivendo um momento de desenvolvimento econômico muito rápido, estamos prevendo um boom de fundações familiares nos próximos cinco anos.”

Outra tendência, ainda pouco seguida no Brasil, são os fundos independentes onde pessoas físicas ou jurídicas colocam seu dinheiro para lidarem com determinadas causas, dinheiro que será repassado a ONGs. Rossetti cita o Fundo Brasil de Direitos Humanos, no qual a Fundação Ford e outros empresários puseram dinheiro, e o Fundo Elas, para tratar questões de gênero. Para isso, o Gife defende uma reforma tributária que possa incentivar pessoas a colocarem parte do seu próprio dinheiro em fundos.

De seu lado, a Abong reivindica uma legislação adequada às ONGs, que seja democrática e transparente. Segundo Damien Hazard, “para as ONGs concorrerem ao dinheiro público têm de entrar na mesma lógica de mercado”. Outro problema é o conceito de interesse público, muitas vezes confundido com interesse governamental. “A atual legislação favorece o desvio de dinheiro por parte de governantes que criam entidades fictícias para receber esses recursos públicos”, analisa.

Prioridade ao Brasil

Duas organizações internacionais de peso e com escritórios no Brasil, a Fundação Konrad Adenauer e a Fundação Ford, afirmam que não há retirada de dinheiro do Brasil para investimentos em países mais

pobres. Por ser uma instituição de cooperação em temas políticos e econômicos, o interesse e o engajamento no Brasil é crescente, afirma Peter Fischer-Bollin, representante da Fundação Adenauer no País. Já a cooperação bilateral da Alemanha enquanto governo vem se dirigindo a países mais pobres e concentrando em poucos temas, como energia e meio ambiente, diz o representante. A Fundação Adenauer tem um orçamento de € 120 milhões para os projetos que coordena em mais de 120 países.

A Fundação Ford, que há 49 anos tem escritório no País, teve uma redução de um pico de US\$ 19 milhões anuais para a média de US\$ 15 milhões em recursos para o Brasil, por conta da crise econômica, diz Ana Toni, representante geral da Fundação no território brasileiro. Segundo ela, não está havendo uma saída de recursos, mas uma mudança de portfólio, com o deslocamento para regiões mais esquecidas como o Norte e o Cen-

tro-Oeste. Ela entende que os recursos para essas áreas, que antes eram insignificantes, já representam 20% do total e a intenção é subir para 25% ou 30%.

A proposta da Fundação Ford desde que começou no Brasil vem sendo a consolidação da democracia. Hoje, a instituição trabalha especialmente com direitos humanos, uso da terra por grupos desfavorecidos, como quilombolas, indígenas, e relações raciais. Além de “duas áreas que passaram a receber atenção especial nos últimos anos: a democratização da Justiça e transparência do Judiciário, e a mídia, com enfoque na liberdade de expressão e regulamentação”, relata Ana Toni.

Diante de todas essas considerações, um novo cenário começa a despontar no campo dos investimentos sociais no País. Nesse rearranjo, além da participação do governo, é possível especular que a iniciativa privada tenha um outro papel a desempenhar. Qual, só o tempo e a estratégia empresarial vão dizer. ■





Todas as vendas de cartões de crédito e débito em uma única conta corrente.

Conta única do HSBC. Até 8 vezes mais crédito* para sua empresa.

Com a conta única do HSBC, sua empresa tem mais facilidade e mais dinheiro em caixa.

Saiba mais em hsbc.com.br/contaunica

HSBC 
No Brasil e no mundo, HSBC

Lições vindas do Golfo do México

O que o episódio de vazamento de petróleo nos Estados Unidos, o maior desastre ecológico da história norte-americana, pode ensinar ao Brasil prestes a explorar o pré-sal?
Por: Eugênio Melloni



Maior desastre ecológico dos Estados Unidos, o vazamento contínuo de petróleo causado pela explosão da plataforma de exploração Deepwater Horizon, pertencente à British Petroleum (BP), em 20 de abril, no Golfo do México, tem provocado efeitos que transcendem as 11 mortes causadas pelo acidente e os gigantescos danos ambientais e econômicos já computados. A maré negra formada pelo óleo do poço Macondo, situado a 1,5 mil metros de profundidade, trouxe consigo, como efeito colateral, um abalo na confiança da capacidade de as empresas de petróleo operarem com segurança, em águas profundas, motivando questionamentos sobre eficácia de procedimentos e práticas da exploração de petróleo nessas áreas, tidas como a nova fronteira da produção do bem.

No Brasil, às vésperas do início do trabalho de exploração na camada de pré-sal, a situação não é diferente. Para ter acesso às reservas de bilhões de barris contidas no pré-sal, que deverão alçar o Brasil à condição de quinto maior produtor de petróleo até 2020, a Petrobras e outras empresas que conquistarem o direito à exploração e produção terão de perfurar a profundidades que vão até 7 mil metros. Especialistas brasileiros alertam que já foi comprovado, pela experiência do setor em todo o mundo, que o aumento da taxa de falha dos componentes dos equipamentos de segurança dos poços é diretamente proporcional ao aumento da profundidade de sua instalação. Por conta disso, o vazamento ocorrido no Golfo do México já motivou, no País, o início de uma revisão de procedimentos e normas relacionadas à segurança da operação de plataformas na exploração *offshore*, encabeçado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e com a participação de represen-

tantes do setor de petróleo – inclusive da própria BP, que conta com posições de exploração e produção em águas brasileiras.

O acidente provocou desdobramentos que lembram um enredo de filme-catástrofe. A explosão causou um vazamento ininterrupto que atingiu a marca de 150 mil litros por dia, formando uma mancha de petróleo que se estendeu por mais de 6 mil quilômetros quadrados. Todas as tentativas realizadas até o início de julho para conter o vazamento fracassaram – e algumas iniciativas adotadas, como a de queimar o petróleo que vazou e o uso de dispersantes químicos, foram criticadas por supostamente proporcionarem um estrago maior ao meio ambiente do que a presença do óleo no mar. A maré negra formada pelo vazamento chegou à costa dos Estados da Louisiana, Alabama e Flórida, provocando prejuízos de bilhões de dólares para a pesca e o turismo.

Fustigado pelo episódio, o governo de Barack Obama procurou reagir. Identificou falhas na regulação do setor de petróleo e demitiu funcionários. Apertou o torniquete em torno da BP, exigindo da empresa a constituição de um fundo de US\$ 20 bilhões para conter o impacto negativo causado pelo episódio. Instalada no centro do furacão, a BP também está sofrendo efeitos nefastos do problema: estima-se que a erosão provocada pelo vazamento no valor das suas ações na Bolsa de Nova York tenha atingido, em junho, um montante superior a US\$ 100 milhões – os papéis da empresa, que valiam US\$ 60,48 em 20 de abril, data do acidente, haviam despencado para perto de US\$ 27 em junho.

Obama também decretou, em abril, uma moratória na exploração e produção de petróleo em águas profundas no Golfo do México



Adriano Pires, consultor do CBIE

“HÁ UM POUCO DE ‘NACIONALISMO’ NA TESE DE QUE A PETROBRAS APRESENTA UM PREPARO MAIOR DO QUE AS DEMAIS EMPRESAS NO QUE SE REFERE A PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA.”

que paralisará, por sete meses, a atividade de plataformas em águas profundas, até que se tenha um entendimento sobre as causas que levaram ao acidente. A Noruega seguiu o mesmo caminho, também anunciando a suspensão de exploração em águas profundas.

Mais de três meses depois do início do vazamento, e com o óleo bruto ainda jorrando em quantidades assustadoras, as causas do acidente na plataforma permaneciam desconhecidas. E a expectativa é de que o vazamento cesse somente em agosto, se vingar a estratégia de esgotar o fluxo do petróleo no poço Macondo por meio da perfuração de outro poço sobre a mesma jazida. Para especialistas brasileiros, a forma como ocorreu o acidente evidenciou que o “*blowout preventer* (BOP)”, considerado o principal equipamento de segurança na exploração e produção, que poderia fechar o poço devido ao vazamento, não funcionou. Também ficou evidente para os mesmos técnicos, diante dos fracassos ocorridos na tentativa de debelar o vazamento, que indústria do petróleo não está preparada para atuar em um acidente destas proporções, em águas com tal profundidade.

E o Brasil, como fica nesse cenário? A expectativa é a de que a Petrobras poderá até mesmo ser beneficiada, indiretamente, pela moratória na exploração e produção de petróleo nos EUA e na Noruega. Isso porque, com a paralisação das atividades, equipamentos como as sondas de perfuração, que vinham sendo disputadas ferrenhamente pelas empresas de petróleo, acabaram sobrando no Golfo do México. Para o médio e longo prazo, contudo, as implicações poderão ser mais profundas. “O aumento da profundidade implica, em geral, maiores riscos na operação”, informa Segen Estefen, diretor de Tecnologia

e Inovação do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Segundo ele, estudos realizados pela Coppe e respaldados por dados que constam de relatórios técnicos internacionais mostram uma relação entre maior taxa de falha dos componentes do BOP e o aumento da profundidade de instalação.

“Esse indicativo recomenda a avaliação dos níveis de confiabilidade das diferentes configurações de BOPs em operação e o consequente estabelecimento de critério para definir a configuração associada ao mesmo grau de confiabilidade para BOPs operando em águas profundas”, afirma Estefen.

Para Jose Goldemberg, presidente do Conselho de Estudos Ambientais da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio) e professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE) da USP, “o acidente no Golfo do México chamou a atenção para os problemas técnicos e ambientais novos criados pelas perfurações a grande profundidade. É evidente que o licenciamento para novas perfurações vai sofrer grandes modificações nos Estados Unidos e em outros países”. Ele acrescenta que “a legislação brasileira vai ter que ser adaptada às novas condições e isto tem prioridade sobre distribuição de *royalties*. Além disso, seguros que cubram possíveis danos ambientais devem ser incluídos na legislação”.

Colega de Goldemberg no IEE/USP e ex-diretor de Gás e Energia da Petrobras, Ildo Sauer acredita que o episódio do vazamento no Golfo do México resultará em um aumento das exigências em relação à segurança das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural em águas profundas em todo o



Haroldo Lima, diretor-geral da ANP

“COM INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE O ACIDENTE E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES DAS EMPRESAS SERÁ POSSÍVEL DETERMINAR A NECESSIDADE DE TORNAR MAIS RÍGIDOS OS CRITÉRIOS DE SEGURANÇA NO BRASIL.”

mundo. “Creio que, entre as novas exigências, estará a obrigatoriedade de que os projetos sejam acompanhados, por exemplo, de análises probabilísticas de riscos, como já ocorre, por exemplo, no setor nuclear”, estima. Sauer acrescenta que “na área nuclear se criou uma cultura de garantia da qualidade, na qual todo projeto conta com uma verificação independente como forma de assegurar a sua segurança”. O professor considera que esse maior cuidado com os projetos do segmento de petróleo e gás “apresentará um custo, que poderá, contudo, ser absorvido pelo setor”.

Nenhuma tecnologia apresenta segurança absoluta, destaca o especialista, lembrando que as operações de exploração e produção em águas profundas no Golfo do México ocorrem em ambiente bastante agressivo. Ele ressalta ainda que a Petrobras já passou por “batismos de fogo”, no que se refere a grandes acidentes, citando como exemplo o afundamento da Plataforma P-36 e o derramamento de óleo na Baía de Guanabara, o que contribuiu para que a estatal reforçasse a sua rede de procedimentos de segurança, reduzindo o risco de novos sinistros. “A trajetória de acidentes ocorridos com a Petrobras acabou por qualificar a empresa nessa questão, diferenciando-a em relação às demais”, diz o ex-diretor da estatal. Em entrevista coletiva realizada em junho, o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, afirmou que “os dados já conhecidos indicam que foram realizados alguns procedimentos com padrões não adequados para aquela atividade na região”. Gabrielli acrescentou que procedimentos e disciplina operacional precisam ser reforçados.

Adriano Pires, consultor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), considera que há um pouco de “nacionalismo” na tese de

que a Petrobras apresenta um preparo maior do que as demais empresas, no que se refere a procedimentos de segurança na exploração e produção. Para ele, a expectativa é de que, se o Brasil seguir a tendência do mercado internacional, terá mesmo de tornar mais rígidas as regras para a atuação da Petrobras e de outras companhias em águas profundas. “Isso poderia proporcionar mais dificuldades ao processo de licenciamento e, com isso, atrasar o cronograma do pré-sal”, prevê. Na mesma linha, Goldemberg acredita que as revisões nas normas do licenciamento “vão adiar consideravelmente o cronograma de abertura de novos poços também no Brasil”.

De acordo com Haroldo Lima, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a agência aguarda o resultado das investigações sobre as causas do acidente no Golfo do México e analisa as informações que solicitou, logo após o vazamento, às concessionárias que atuam no Brasil, abrangendo os sistemas de controle de poços empregados na perfuração *offshore*. “Somente com informações mais detalhadas sobre o acidente e com a análise das informações recebidas das empresas é que será possível determinar se há necessidade de tornar ainda mais rígidos os critérios de segurança operacional adotados no Brasil, que são reconhecidos como eficientes”, afirma o agente regulador. “Até o momento, não há indicações de que seja necessário alterar a Resolução 43/2007 da ANP, que contém as regras sobre segurança operacional das plataformas que operam em águas brasileiras e é considerada uma das mais completas do mundo”, acrescenta.

O episódio envolvendo a BP no Golfo do México já mobilizou as empresas petrolíferas que atuam no País em torno de discussões



envolvendo uma revisão de normas e procedimentos de segurança, que está sendo realizada pelo MMA. O Ministério confirmou a discussão de novas técnicas abrangendo o risco e a emergência de ações em atividades de extração de petróleo, com o objetivo de aprimorar o arcabouço institucional e legal do País para lidar melhor com problemas como esse. Para contribuir com esse debate, profissionais do Ibama foram enviados para acompanhar *in loco* os desdobramentos do caso do vazamento do poço da BP, com o objetivo de colher subsídios no que se refere à causalidade do acidente e verificação de procedimentos adotados na contenção e de alternativas para solucionar acidentes como esse.

Sauer considera também que a tragédia ocorrida no Golfo do México deverá aguçar ainda mais discussões mais profundas sobre a matriz energética do planeta, ampliando as contestações em relação à persistência do petróleo como fonte primordial de energia. “Mas não há como abrir mão do petróleo, seja no sistema capitalista, seja no sistema comunista”, adianta. Segundo ele, “o petróleo permite, com menos capital e trabalho, uma maior apropriação de renda”, destacando que, enquanto o custo de extração oscila entre US\$ 7 e US\$ 10 o barril, o preço de venda varia entre US\$ 60 e US\$ 70 o barril. Para ele, as outras fontes de energia disponíveis oferecem limitações que impediriam a sua assimilação pelo mundo todo. “Para que o etanol substitua o petróleo, por exemplo, seria necessário dobrar a área agricultável no mundo.”

Fica claro que o episódio do Golfo do México acende um sinal amarelo sobre a panaceia conferida à exploração do pré-sal brasileiro. Precaução, antes de tudo, deve ser o melhor termo a nortear o futuro dessa operação. ■

EMPRESAS PRECISAM DE PESSOAS.
PESSOAS PRECISAM DE CONHECIMENTO.

INVISTA EM CONHECIMENTO.
PROCURE AS SOLUÇÕES
EDUCACIONAIS SOB MEDIDA DO SENAC.

As soluções corporativas do Senac vão muito além do simples diagnóstico e desenvolvimento de treinamentos. Capacitam e desenvolvem pessoas com excelência, são elaboradas por equipes com amplo conhecimento do mercado e contam com todos os recursos que a Rede de Unidades Senac oferece. Elabore grandes projetos educacionais com a qualidade de ensino que sua empresa e seus colaboradores precisam. Procure o Senac.



0800 707 1027
www.sp.senac.br/corporativo

A Copa do Mundo é nossa! E...?

Uma maratona de intervenções para a melhoria da infraestrutura das 12 cidades-sede do Brasil impõe metas de planejamento jamais antes vistas no País. Menos improvisado é a tática para vencer esse desafio **Por: Rosângela Capozoli**



Passada a Copa da África e eliminado nas quartas de final do torneio, o Brasil tem uma nova “partida” pela frente: a organização da Copa do Mundo 2014 e uma imensa oportunidade de construir um país mais atraente e com ganhos efetivos na oferta e eficiência de sua infraestrutura. O grande teste brasileiro já está marcado e não é um simples amistoso. Trata-se da Copa das Confederações, em 2013, evento preparatório para o espetáculo futebolístico do ano seguinte. Os desafios são imensos, bastando observar que, para abrigar a Copa, as 12 cidades-sede terão de realizar cerca de 90 grandes obras, com investimentos estimados em quase R\$ 80 bilhões, tudo para manter o pleno funcionamento das capitais e, ainda, abrigar os 600 mil turistas esperados.

Dois cenários ainda estão em construção: em um deles, o pontapé inicial pode ser um lançamento em profundidade, com chances de gol logo no início. O outro é um recuo e uma lentidão nos passes iniciais, falta de planejamento e decisões autoritárias que podem levar o Brasil a atrasos e a uma derrota já no início. “É uma corrida contra o tempo. O Brasil não é um país que se caracterize por se preocupar com planejamento, principalmente quando se trata de prazo mais longo. Pelo contrário, nossa vocação é mais da improvisação”, afirma Josef Barat, presidente do Conselho de Desenvolvimento das Cidades da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio). Para que tudo saia como manda o figurino, ele defende um maior entrosamento entre os três níveis de governo de forma que os procedimentos não emperrem por questões burocráticas. “Muitas decisões relacionadas com a infraestrutura, por exemplo, dependem de segmentos que estão sob responsabilidades



Opice Blum, do Conselho de TI da Fecomercio

“ O BRASIL É O 2º PAÍS MAIS ATACADO EM RELAÇÃO A SISTEMAS. EM 2011, TEMOS UMA PROJEÇÃO DE QUE SERÁ O TERCEIRO MAIOR EM QUANTIDADE DE COMPUTADORES. O INTERESSE EM INVADIR AUMENTARÁ AINDA MAIS DURANTE A COPA. ”

de prefeitura ou Estados, e até mesmo do governo federal”, pondera.

Barat cita como exemplo São Paulo e a área de transportes. “Toda coordenação do transporte coletivo é feita pela Prefeitura. No entanto, as linhas de massa, principalmente o transporte sobre trilhos, é de responsabilidade do Estado”, salienta. Outro ponto nevrálgico citado por Barat diz respeito aos aeroportos de Congonhas e Cumbica. “Falamos de apenas um setor, o de transporte, que envolve toda movimentação de pessoas, chegada, embarques, distribuição desses fluxos, coleta. Isso tudo está muito interligado e se não houver uma coordenação poderá ocorrer um problema enorme.”

No mundo da tecnologia da informação também ronda o medo de um possível desastre se tudo não for planejado adequadamente e com certa antecipação. “O ponto principal é a existência de regulamento de segurança da informação, o que não existe hoje no Brasil. Aliás, é uma prática pouco difundida no País”, observa o presidente do Conselho Superior de Tecnologia da Informação da Fecomercio, Renato Opice Blum. Outra questão bastante relevante é em relação às invasões que os sistemas poderão sofrer. “O Brasil é o segundo país no mundo mais atacado em relação a sistemas. Em 2011, temos uma projeção de que o País será o terceiro maior em quantidade de computadores, perdendo apenas para China e Estados Unidos. Esse interesse em invadir aumentará ainda mais durante a Copa”, reforça o especialista. Essa é uma prática que costuma ocorrer em eventos da dimensão da Copa. “Na África do Sul aconteceu, na Alemanha também e certamente ocorrerá aqui”, alerta.

Diante de tantas ameaças, Opice Blum sugere que “haja concentração de esforços e

uma previsão definida de tempo para o setor se estruturar”. “Não pode ser da forma que o Brasil está acostumado. Precisamos de um plano sério, focado e detalhado. E esse é o principal ponto, a segurança da informação e do sistema”, explica. Ele lembra que a segurança do funcionamento requer investimentos. “A mídia precisa de uma estrutura tecnológica de banda muito grande, uma banda que hoje o Brasil não tem. O País prega que tem banda larga, mas, na verdade, nossa banda ainda é um pouco estreita. Precisamos melhorar nossa estrutura de banda e também de satélites”, reitera. Da mesma forma que Barat, ele teme por acertos de última hora. “Meu medo é que tudo aconteça de sopetão e de última hora. E tudo o que acontece de última hora, de forma muito rápida, não é bem feito e os custos podem até triplicar”, analisa.

Francisco Marcelo Barone, coordenador do Núcleo de Esporte da Fundação Getúlio Vargas (FGV), entende haver um descompasso entre os investimentos privados e governamentais e isso poderá acarretar atrasos nas obras. Pelas contas dele, dos R\$ 33 bilhões previstos para investimentos em infraestrutura civil, 54% vão ser destinados para São Paulo, Rio e Brasília, “mas a maior parte desses recursos vem do governo e é onde os investimentos públicos começam a fluir e o cronograma está sendo melhor cumprido”. “Onde só a iniciativa privada está tocando, temos um certo atraso”, analisa. Para Cláudio Felisoni, economista e professor da Fundação Instituto de Administração (FIA) da Universidade de São Paulo (USP), “essa dependência do governo é preocupante” e a iniciativa privada não está devidamente atenta. A questão não é apenas a de evitar o desperdício de dinheiro, mas de aproveitar a Copa para aumentar a riqueza.

“Na Alemanha, onde há estudos sobre os reflexos da Copa no crescimento, concluiu-se que o impacto do mencionado evento situou-se em torno de 0,3% do PIB”, cita o professor. “Em outras situações, o impacto estimado foi maior, ou seja, 0,7%. Para que o Brasil possa aproveitar o efeito dessa mobilização é preciso que a sociedade esteja preparada para desenvolver os programas nos prazos e na amplitude exigida por essa iniciativa desportiva”, acrescenta. Para Felisoni, “tratando-se de um evento com elevadíssimo grau de exposição, o sucesso trará benefícios significativos à imagem do Brasil”. Entretanto, se o projeto não se materializar de forma apropriada, o que seria um grande ativo vai se transformar em ônus.”

De acordo com dados do Ministério dos Esportes, a previsão do crescimento médio do PIB em função da Copa de 2014 é de 0,26% a cada ano. Na África do Sul, esse incremento médio do PIB foi da ordem de 0,15%. Aliás, o próprio Ministério disponibilizará, a partir desse semestre, a toda sociedade, um *website* para acompanhamento e cobrança de execução do cronograma das ações e das obras para a Copa do Mundo de 2014. Para o assessor especial de Futebol do Ministério dos Esportes, Alcino Reis Rocha, será uma forma eficaz de cobrança do andamento das obras por toda a sociedade. Os cálculos por ele apresentados apontam que os investimentos totais das obras já aprovados para a Copa, estabelecidos em compromissos firmados no início do ano entre a União, governadores e prefeitos, são de R\$ 23 bilhões, entre recursos federais e dos governos estaduais e municipais.

“Tudo que for planejado agora e que eventualmente possa servir de suporte à Copa do Mundo, na verdade, serão infraestruturas a serem incorporadas ao uso dos habitantes

da cidade. São obras de grande alcance e que têm de ser pensadas por meio de um planejamento de longo prazo, com políticas públicas muito consistentes”, reforça Barat. Otimista, Ives Pereira Müller, sócio da Área de Gestão de Riscos e Sustentabilidade da consultoria Deloitte, responsável por administrar a operação de Manaus, entende que algumas localidades onde ocorrerão os jogos encontram mais dificuldades do que outras. Ele acredita, porém, que tudo sairá a tempo para atender a demanda. “O governo de Manaus criou câmaras temáticas para discutir todos os pontos cruciais. São ao todo nove temas como segurança pública, saúde pública, telecomunicações, entre outros. É preciso criar atalhos para resolver questões e criar um novo cenário de crescimento econômico para as 12 sedes”, afirma. Segundo ele, “o trabalho está começando a ser estudado”. Os preparativos em Manaus, de acordo com o consultor, operam a todo vapor. A pedra fundamental da Arena da Amazônia foi colocada em 19 de abril e a área de transporte já entra nos trilhos, garante.

Os aeroportos também estão na mira dos governos e, em Manaus, não é diferente. Estudo sobre a situação aérea brasileira divulgado em maio pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) aponta que ao menos dez aeroportos em cidades-sede operaram acima da capacidade em 2009. Entre eles, Cumbica, em Guarulhos (SP), Congonhas (SP) e Juscelino Kubitschek (DF), que, junto com o Galeão (RJ), concentram 49% do fluxo aéreo de passageiros no País.

Um total de R\$ 87,5 milhões é o valor que a Infraero vai investir na preparação do aeroporto Marechal Rondon de Cuiabá para a Copa. Segundo Robson Caiil, sócio da Deloitte e integrante da equipe que trabalha na or-

ganização da capital matogrossense para a Copa, outra obra prevista é a criação de um sistema tronco-alimentador com seis corredores exclusivos para ônibus na capital, o BRT, a ser viabilizado por meio de investimentos da União. “Estamos montando um time para dar suporte a esta demanda e entendemos que diversos setores do mercado, como a indústria do futebol, irão se profissionalizar e gerar negócios”, prevê.

A Siemens Brasil, que oferece soluções nas áreas de energia, transportes e segurança pública, entre outros, fechou negócios da ordem de € 1 bilhão na África do Sul. “O valor obtido na África é seis vezes maior do que o gerado pela companhia na Alemanha, em 2006”, relata Sergio Boanada, diretor responsável por megaeventos. Segundo ele, dos investimentos

totais em um evento como a Copa do Mundo, apenas 10% vão para estádios. “Os outros 90% são destinados à infraestrutura urbana”, completa, dando dimensão do tamanho do desafio a ser enfrentado pelas cidades brasileiras.

Barat faz questão de dizer que as mudanças no meio do caminho também poderão ser um entrave para a conclusão dos projetos, como no caso do risco de o Comitê Organizador Local (COL), excluído o estádio do Morumbi da Copa do Mundo, levar o governo paulista a mudar as obras do metrô. “Foi feita toda uma mobilização para poder definir a obra. A partir do momento que muda o foco, se altera completamente o planejamento”, resume o presidente do Conselho da Fecomercio. Para quem quer desempenhar um bom papel na Copa, a tática precisa ser revista. ■

